



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA DA SAÚDE REALIZADA NO DIA DEZESSETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO NA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS, COM PREVISÃO DE INÍCIO ÀS NOVE HORAS.

Realização: Secretaria da Saúde

Presidentes: Vereador Gilvan Passos
Vereador Geraldo Celestino

Assunto: Prestação de contas do terceiro quadrimestre de 2024

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Bom dia. Quero agradecer a presença de todos. Sou o Vereador Gilvan Passos, presidente da Comissão de Saúde, que faz parte como secretária a Vereadora Janete Rocha Pietá, que está aqui, se quiser compor a Mesa está convidada e, como membro, o Vereador Geraldo Celestino.

Esta Comissão tem a honra de receber hoje o Secretário de Saúde Márcio Chaves Pires, que fará a explanação referente à Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2024, obedecendo desta forma a Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012.

Chamamos, neste momento, para compor a Mesa o senhor Secretário de Saúde Márcio Chaves, a Secretária-Adjunta da Saúde Flávia de Souza, a presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria Zélia de Brito.

Quero também constar a presença do Vereador Alemão do Transporte. Obrigado, Vereador, pela presença; da Vereadora Carlinda Tinôco, Obrigado, Vereadora, pela presença, do assessor Jonas que, neste momento, representa o Vereador Leandro Dourado; do senhor Marcelo, assessor do Vereador Maurício Gutí, representando o Vereador.

Após a apresentação, vamos abrir a palavra aos Vereadores que tiverem questões referentes à Prestação de Contas. Também, durante a apresentação do Secretário, a população, aqueles que quiserem fazer inscrição a assessora da Câmara estará do lado direito para fazer a inscrição daqueles que desejam participar. Quando o Secretário terminar de fazer a apresentação se encerram também as inscrições. Então, as inscrições estão abertas durante a apresentação do Secretário. A pessoa que vai fazer a inscrição pode se levantar e se dirigir onde o Glauco está fazendo a inscrição dele, com a Eliane. Após o término da palavra do Secretário também estão encerradas as inscrições.

Secretário, por gentileza, a palavra está com o senhor.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Bom dia. Eu gostaria de, em nome do presidente da Comissão de Saúde Gilvan, saudar a todos os presentes. Quero cumprimentar a Vereadora Carlinda, o Vereador Alemão do Transporte, o Vereador Geraldo e a Vereadora Janete Pietá que, inclusive o Vereador Geraldo e a Janete fazem parte da Comissão de Saúde. Estivemos juntos outro dia em uma reunião. Eu gostaria de também saudar a presidente do Conselho Municipal de Saúde Zélia.

Quero cumprimentar e agradecer a todos os colaboradores da Secretaria da Saúde em nome dos diretores Lúcia Regina Macarelli, Wonderson Moreno, Magno Silva, Luiz Antônio Ferreira, Albino José de Carvalho, Elói Marques, Ana Carolina Aguiar, Ana Lúcia Leite Chaves, a chefe de divisão Gabriela, que está aqui como apoio, e quero agradecer também ao Chefe de Gabinete Rafael Queiroz Wizado.

É uma satisfação grande poder comparecer ao plenário deste Legislativo para prestar contas referentes ao último quadrimestre do ano de 2024. Sendo certo que esta apresentação se refere à gestão anterior, entretanto por legislação apresentamos apenas no segundo mês subsequente ao término do quadrimestre. Então, vamos fazer uma apresentação e gostaria de pedir licença à Comissão de Saúde e a todos os presentes para que, assim que fizer esta apresentação, eu possa fazer uma breve apresentação também do diagnóstico que fizemos muito rapidamente e do plano que pretendemos implementar, sobretudo nos primeiros 100 dias de Governo. Embora já tenha passado 30 acho que é importante as pessoas saberem aquilo que estamos executando.

Vamos, portanto, para a apresentação da Prestação de Contas referente ao 3º Quadrimestre de 2024. Aqui temos o Quadro de Receitas que como os senhores podem observar do Valor Total Orçado, atualizado em 31 de dezembro, versa num valor total de quatro milhões, 973 mil, 270 mil reais referentes ao Orçamento previsto. Foram realizadas Receitas na ordem de quatro bilhões, 604 milhões, 429 mil e 50 reais. Portanto, o realizado inferior ao valor projetado inicialmente e atualizado em 31 de dezembro.

Com relação à aplicação em Ações de Saúde, o que temos aqui? O valor total investido, de acordo com o Orçamento atualizado, tínhamos um Orçamento da ordem de um bilhão, 136 milhões, 898 mil, 485 reais referentes à Saúde. As receitas realizadas versaram na ordem de um bilhão, 103 milhões, 980 mil, portanto inferior ao valor previamente previsto. No 3º Quadrimestre de 2024 tivemos um total das Despesas com Saúde computadas e não computadas no cálculo do limite mínimo de um bilhão, 777 mil, 429 e 526, valor previamente orçado. A Despesa efetivamente liquidada foi da ordem de um bilhão, 603 milhões, 13 mil e 757. Portanto, do valor inicialmente orçado 90 por cento foi plenamente executado e, portanto, compondo um valor bastante significativo para a área da Saúde.

Do ponto de vista da Receita Arrecadada, só para que a gente tenha um parâmetro, em relação a 2023 o percentual aplicado em Saúde foi da ordem de 26,6 por cento referentes a uma Despesa Liquidada da ordem de um, 102, 227, 204 e 30. Em relação a 2024, a aplicação foi da ordem de 23,98 no valor um, 103, 980, 990 e 90 centavos. O que a gente observa aqui? A gente observa que em relação às despesas da Saúde no ano de 2024 foi bem menor em relação a 2023 e na média, se pegarmos outros números, 2019, 2020, 2021 e 2022 também se registra uma queda acentuada no valor investido em Saúde. O que demonstra não uma aderência efetivamente ao agravamento do quadro da Saúde, especialmente pós-pandemia. Em todas as cidades tivemos um crescimento das despesas realizadas com Saúde, em Guarulhos tivemos uma diminuição em relação. Por exemplo, pega 2024 em relação a 2022, que é o que gente pode caracterizar como fim da pandemia, teve uma redução considerável.

Do ponto de vista dos Recursos estaduais tivemos uma arrecadação e um valor, portanto, disponível para investimento em Saúde da ordem de 49 milhões, 942 mil, 936 reais e Recursos federais, 335 milhões, 738 mil. No próximo quadro fica bem claro como essa distribuição é feita em relação aos recursos da Saúde. O Tesouro Municipal, portanto, a Prefeitura disponibilizou para as Despesas de Saúde um bilhão, 221 milhões, 647 mil, 654. As transferências do Governo do Estado versaram em 144 milhões, 460, 919 e as Transferências Federais, 411 milhões, 320 mil. Isso do ponto de vista do Orçamento Previsto nessas fontes de arrecadação.

Esse é outro quadro visto de outra forma num gráfico de barras. Olha a projeção do que foi a, inicialmente prevista, para o Orçamento: um bilhão, 406 e projetado e atualizado em um, 777, 429 mil. Despesas por fonte de recurso: Tesouro Municipal, o Empenhado efetivamente foi da ordem de: um, 112, 583 mil, 655 e o Liquidado, ou seja, aquilo que foi efetivamente pago, praticamente na sua totalidade: um, 112, 578 e 204. Recursos Estaduais, 134 milhões, 047 foi o Empenhado e o Liquidado 134, 047. Portanto, praticamente na sua totalidade. Empenhado de Recursos Federais, 356 milhões, 388 e liquidado, 356. De todos esses montantes o que foi efetivamente Pago na Saúde foi um bilhão, 569 milhões, 892 e 710. Portanto, daquilo que foi Empenhado e Liquidado 98 por cento foi efetivamente pago, durante o ano de 2024.

O que é quadro favorável e aqui a gente já começa a desmistificar algumas questões. Durante o mês de dezembro no período de transição ouvíamos muito que havia milhões de débito da Saúde para com as OSs. Por esse quadro aqui se demonstra que não se devia, absolutamente, mais nada em dezembro para as OSs. É importante as pessoas terem isso claro, porque isso vem se alardeando e até sexta-feira muita gente falando de dívidas, de débitos, de pendências com as OSs e os números aqui demonstram que não existe isso na prática.

Despesas por grupo. Pessoal e Encargos. O Orçamento Previsto da ordem de 617, foi empenhado 598 milhões, liquidado 598 milhões, 416 mil, 292 reais. Despesas Correntes: Valor Orçado, um, 136; empenhado, 997 milhões, 404 mil; liquidado, 997 milhões, 398 mil. Portanto, bem próximo do Projetado, do Empenhado foi o Liquidado.

Investimentos. Quero chamar a atenção para este número aqui, porque esse número expressa de forma concreta a precarização da nossa infraestrutura física e do nosso parque tecnológico em Saúde, ou seja, de um volume de um bilhão e 777 milhões Orçados foram apenas investidos seis milhões, 272 mil. De um bilhão apenas seis milhões é efetivamente investido em infraestrutura e em atualização, por exemplo, de equipamentos tecnológicos para a Saúde.

Restituições. Um valor bem insignificante para o montante das despesas, da ordem de 925 reais.

Por blocos aqui temos outra demonstração do valor efetivamente Orçado de Pessoal e Encargo, 617 milhões, 241 mil e pago 585 milhões. Dos Contratos de Gestão, isso chama a atenção para a questão das OSs, o valor Orçado, 483 milhões; liquidado 415 e pago 414 milhões, 670 mil. Ou seja, daquilo que foi efetivamente liquidado, ou seja, que foi realizado, colocado nota fiscal para que a Prefeitura pagasse foram 415 milhões, 217 mil, 50 reais e 82 centavos para sermos bem enfáticos nessa questão e pagos, efetivamente, 414 milhões, 620 mil, 722 reais e 45 centavos. Portanto, praticamente na sua totalidade as despesas relacionadas às OSs.

Outro contrato referente a OS Pronto-Atendimento. Valor orçado inicialmente, 149 milhões, 503 mil, 573 reais e 85 centavos. Liquidado, aquilo que efetivamente é realizado e apresentado notas fiscais, 127 milhões, 764 mil, 520 reais e 68 centavos; pago 127 milhões, 698 mil, 699 reais e um centavo, praticamente a sua totalidade prevista no ano de 2024, 3º quadrimestre de 2024.

Outra OS relacionada aos CAPS: 27 milhões, 846 mil, 935 reais Orçados; 27 milhões, 261 mil, 154 e 46 liquidados e Pagos 27 milhões, 261 mil, 154 e 46, exatamente o valor liquidado na sua totalidade.

Contratos para Tratamento de Dialíticos, ou seja, os contratos referentes à hemodiálise: 39 milhões, 892 mil era o Orçado, 31 milhões, 553 mil era liquidado e 29 milhões, 339 mil efetivamente pagos.

Medicamentos. No que diz respeito aos medicamentos comprados diretamente pela Administração no quadrimestre: 48 milhões, 133 mil era o Orçado, 46 milhões, 622 mil foi o Liquidado e 42 milhões, 790 mil foi o efetivamente Pago do volume de compras da ordem de 45 milhões, 622 mil, 633 reais.

Investimentos. Foram feitos investimentos da ordem do que estava orçado, 22 milhões; o que foi liquidado, seis milhões, 272 mil e efetivamente pago, cinco milhões, 591 mil.

Subvenções Sociais, especialmente para os dois hospitais filantrópicos: JJM e Stela Maris. Orçado, 36 milhões; liquidado 36 milhões e efetivamente pago 36 milhões.

Ações Judiciais, que é um problemão para a área da Saúde hoje, especialmente quando projeta o Orçamento. Observe que temos aqui um valor previsto de 10 milhões. Tivemos liquidado, nove milhões, 276 mil e pago sete milhões, 946 em medidas judiciais quase na sua totalidade relacionada a medicamentos de alto custo.

No Bloco Vigilância. Nós temos aqui um valor estimado de 186 mil. Foram repassados para algumas associações, especificamente em relação ao PROREDE, 158 mil. Cento e oitenta e seis mil era o projetado, 158 mil foi repassado. Em termos de custeio, R\$ 118 mil e 500. Em termos de material permanente, R\$ 39 mil, 590 reais.

No bloco da Atenção Básica, nós tivemos um orçamento previsto da ordem de R\$ um milhão, 924 mil, todos relacionados ao PROREDE, e o valor repassado R\$ um milhão, 892 mil. Valor total de custeio R\$ Um milhão, 419 e de material permanente R\$ 479 mil e 500. No bloco de média e alta complexidade, o valor previsto R\$ 678 mil, foi repassado R\$ 678 mil, exatamente o valor previamente. Em termos de custeio R\$ 508 mil e 500 e em termos de material permanente R\$ 173 mil.

Portanto, dentro desse bloco do PROREDE, tivemos um valor total previsto de R\$ 2.788, os repasses efetivamente efetivados R\$ 2.728, portanto R\$ 60 mil a menos, sendo que de custeio R\$ 2 milhões e 46 e, de material permanente R\$ 688 mil. Despesas por programas. Nós temos o fortalecimento da gestão do Sistema Único de Saúde, cujo valor empenhado foi R\$ 68 milhões, 306 mil, liquidado R\$ 68.306, portanto, a sua totalidade.

Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde. Empenhado 440 milhões, 826 mil, liquidado exatamente o valor empenhado. Ampliação do atendimento em média e alta complexidade, R\$ 998 milhões, 804 mil, 334 reais e liquidado exatamente o valor previsto. Qualificação das Ações de Vigilância e Saúde, R\$ 50 milhões, 539 mil, também liquidado exatamente o valor.

Fortalecimento das Ações de Assistência Farmacêutica, R\$ 44 milhões, 542mil, 555 reais, empenhados, liquidado exatamente o mesmo valor. Dentro da mesma lógica dos Programas e Ações, estruturação do Sistema Único de Saúde, empenhado R\$ 32 mil, liquidado o mesmo valor.

Atendimento de Demandas por Ordem Judicial, R\$ 9 milhões, 276 mil, liquidado exatamente o valor empenhado. Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Saúde, R\$ 82 mil, empenhado, R\$ 82

mil, executado, pago. Manutenção de Pessoal e encargos Trabalhistas, R\$ 8 milhões 980 mil, 909, liquidado, o mesmo valor.

Obrigações Contributivas e Obrigações Trabalhistas, não houve valores empenhados e nem valores liquidados. O Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde. Valor orçado inicialmente R\$ 469 milhões, 530 mil. Empenhado R\$ 440 milhões, 826 mil. Liquidado, R\$ 440 milhões, 826 mil reais. Ampliação do Atendimento em Média e Alta Complexidade. O valor orçado inicialmente um bilhão, 128 milhões, 989 mil, 253. Empenhado R\$ 998 milhões, 804 mil e, liquidado, o valor bem próximo, R\$ 998 milhões, 798 mil.

Qualificação das Ações em Saúde, Vigilância em Saúde, nós tivemos um valor empenhado da ordem de R\$ 50 milhões, 539 mil e, liquidado, exatamente o mesmo valor. Fortalecimento das Ações de Assistência Farmacêutica. Empenhado R\$ 44 milhões, 542 mil, e liquidado, exatamente o mesmo valor no terceiro quadrimestre de 2024.

Despesas por blocos. Isso, eu gostaria de chamar a atenção, porque esses dados expressam a forma como está organizado o sistema de saúde hoje, o que demonstra uma inversão de prioridades. Então o que nós temos aqui? Atenção básica R\$ 57 milhões, 928 mil, em termos de empenhado e liquidado. A média e alta complexidade, que aqui nesse caso é basicamente a questão do pronto atendimento, R\$ 182 milhões, 466 mil, 253 reais, ou seja, há uma priorização nos atendimentos de pronto atendimento de porta, em detrimento do trabalho de promoção e prevenção que poderia ser feito na atenção primária.

Assistência Farmacêutica R\$ 9 milhões, 789 mil. Liquidado, o mesmo valor. Gestão SUS R\$ 19 mil. Esses dados já foram apresentados em outras telas, apenas aqui um detalhamento. Bloco de investimentos, aquilo que eu chamei a atenção, apenas R\$ 7 milhões, 813 mil, investidos em equipamentos e melhora da nossa infraestrutura.

Os maiores credores da Secretaria Municipal de Saúde. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, com Hospital Pimentas, R\$ 133 milhões, 680 mil. Beneficência Hospitalar Cesário Lange, com UPA Cumbica, UPA São João, Lavras e P.A. Maria Dirce, R\$ 104 milhões, 192 mil, 449 reais. Quero chamar a atenção para esse dado também, porque três UPAs está praticamente equivalente a um hospital no Porte do Pimentas.

Uma situação absolutamente injustificável. Irmandade Santa Casa de Misericórdia, HMU, R\$ 99 milhões, 960 mil, 676 reais. De novo, chamando a atenção, três UPAs equivalendo ao HMU, com toda a complexidade que existe no HMU. Então, isso é o que eu chamo de inversão de valores daquilo que a gente deveria priorizar na organização do Sistema Municipal de Saúde. Estou chamando a atenção porque isso vai de encontro ao planejamento que nós temos para os próximos quatro anos. Beneficência Hospitalar Cesário Lange, Hospital Municipal da Criança e do Adolescente, R\$ 97 milhões, 267 mil, 957 reais. Quero chamar a atenção para esse dado.

Será que a complexidade que é feita no HMU, ou o volume de atendimentos que é feito no HMU, é o mesmo volume que a gente faz no Hospital Municipal da Criança e do Adolescente? É só observar os valores dos contratos aqui. Porque eu tenho ouvido, às vezes, muitas falas assim: “Nossa, o Hospital da Criança, perfeito, é um brinco” Recebendo R\$ 97 milhões? E o HMU recebendo a mesma coisa?

Associação Beneficente Jesus José e Maria, R\$ 65 milhões. Antes, Cemeg Pimentas, Beneficência Hospitalar Cesário Lange, R\$ 86 milhões, 954 mil. Cemeg recebendo praticamente a mesma coisa que um hospital de alta complexidade, que depois nós vamos ver os números de produção.

Associação Beneficência Jesus José e Maria, R\$ 65 milhões, 501. Congregação Filhas Nossa Senhora Stella Maris, R\$ 51 milhões, 426 mil. Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa, AFIP. Essa aqui é a parte de exames laboratoriais de toda a Secretaria de Saúde, R\$ 32 milhões, 228 mil. Associação Saúde da Família, R\$ 27 milhões, 261 mil. Santa Casa de Misericórdia de Oliveira Campinhos, R\$ 26 milhões, 745mil. Beta Clean e Service, R\$ 23 milhões, 325 mil. Esses são os maiores credores da Secretaria de Saúde.

De restos a pagar, e aí é uma grata surpresa, tivemos, no ano de 2024, um valor bem inferior ao que se projetava, certo? Então, se a gente considerar, e o que a gente vai observar também é que o valor herdado para 2025 se refere, inclusive, a outros períodos, não efetivamente relacionado a 2024, segundo essa tela que está sendo apresentada. Bom, esse é um número importante, interessante, todo mundo gosta de bebês.

Então, há 16 mil, 499 crianças nascidas em Guarulhos durante o ano de 2024. Aí é outra tela triste, que é a tela das causas de mortalidade infantil. A nossa taxa de mortalidade está um pouco acima de um dígito, estamos falando em 13 e alguma coisa, o que nos deixa extremamente preocupados, e uma série de medidas terão que ser tomadas para podermos reduzir essa taxa de mortalidade.

Causas de mortalidade nos guarulhenses. Doenças do aparelho circulatório são as que mais se destacam. Depois você tem Neoplasias, ou Câncer, para quem não domina o termo técnico, e doenças do aparelho respiratório são as mais evidentes, o que significa que a gente precisa estar atento à questão das doenças crônicas, sobretudo do aparelho digestivo e do aparelho circulatório.

As principais causas de internação. Aqui, só para chamar a atenção, como nós tivemos 16 mil crianças nascidas, esse é o maior número também de internação. As maternidades é que têm sido responsáveis pelo maior volume de internações no município de Guarulhos.

Depois nós temos aparelho circulatório, aparelho respiratório e aparelho digestivo. As doenças de notificação compulsória

também têm um volume considerável, mas perto do drama em que a saúde vive, nós temos poucos casos relacionados a doenças de notificação compulsória. Aqui é que eu quero chamar a atenção para os senhores, do volume de internações.

Está registrado os volumes recebidos pelas instituições gestoras dos hospitais. Agora, prestem atenção nos números de internações:

HMCA, mil, 493 internações no terceiro quadrimestre; JJM, duas mil,367; HMU, mil, 896; Hospital Stella Maris, 877; Hospital Municipal Pimentas Bom Sucesso, duas mil, 914 internações no terceiro quadrimestre, totalizando nove mil, 547 internações. Nos hospitais estaduais, o HGG, seis mil e 22 internações e o Padre Bento, duas mil e 60 internações, totalizando oito mil e 82. Por tipos de leitos, nós temos aí alguns números, mas é importante fixarmos no total de internações realizadas.

Em termos de série histórica, o que a gente vai observar em relação às internações? No terceiro quadrimestre, nós tivemos uma diminuição acentuada em relação ao segundo e ao primeiro quadrimestre, o que refletiu, obviamente, as notícias que nós verificamos durante o mês de novembro e dezembro, de que o hospital estava fechando porta, de que não estava recebendo para cirurgias eletivas.

Então, isso impacta, obviamente, no número de internações. Esse é um quadro extremamente importante para podermos avaliar o que acontece na nossa rede de urgência e emergência. Observem os senhores que nós tivemos, no terceiro quadrimestre, 461 mil, 311 atendimentos, classificados da seguinte forma: Azul, 19 mil, 462. Verde, 309 mil, 392. O que significa esse azul e esse verde?

Que são pacientes que procuram as unidades de pronto atendimento com algo que poderia ser tratado, por exemplo, na atenção básica, na atenção primária. Eu afirmo, sem medo de errar, que boa parte do verde é em busca de atestado médico. E as UPAs estão sobrecarregadas, especialmente a porta do HMU e especialmente a porta do Pimentas, exatamente para você atender pacientes que são classificados como pacientes leves, que poderiam ser atendidos, por exemplo, na rede de atenção primária nossa.

Amarela, que exige certa atenção, 81 mil, 947; laranja, 19 mil. E prestem atenção à porta de emergência nossa, o que é efetivamente emergência, 258 casos, do volume de 461 mil. É importante começarmos a fazer uma reflexão sobre isso, porque podemos estar perdendo vidas atendendo o verde, o azul, e deixando de atender o vermelho pela pressão que se faz na porta. É algo para que precisamos estar muito atentos.

Estou fazendo questão de chamar a atenção, porque isso vai rebater efetivamente no planejamento que teremos para apresentar. Consultas médicas de urgência. O volume de consultas nos nossos PAs é um negócio alarmante. Paraventi, 23 mil; Upa Paulista, 60 mil; Upa Taboão, 65mil;

PA Bom Sucesso, 26 mil; Maria Dirce, 61mil; São João, 81mil, Dona Luíza, 33mil; Parque Alvorada, 22 mil; UPA Cumbica, 60 mil; totalizando 435mil atendimentos de porta.

Consultas médicas de urgência na nossa rede hospitalar. JJM, oito mil, 465. Essas consultas, elas se justificam porque são consultas de intercorrências da gravidez. Então, é um número que, pelo volume de partos existentes em Guarulhos no ano de 2024, elas estão compatíveis, e como nós temos como a única porta de urgência ginecológica, então, esse número está compatível.

HMCA, 29 mil, 919, esse número não justifica pelo volume que nós temos de 69 UBSs.

HMU, 42 mil atendimentos e Pimentas, 48 mil, 834. Isso estou falando de pronto atendimento, é um número que não se justifica. Aí, o que acontece? Eu quero chamar atenção para vocês. Você faz o contrato para o Pimentas tendo como estratégia a questão da média e alta complexidade. Termina-se gastando recursos no pronto atendimento em detrimento de cirurgias, por exemplo.

Então, é um gasto que não se justifica você ter 48 mil atendimentos no Pimentas para pronto atendimento, você transforma um hospital de média e alta complexidade em um grande PA, aí você não gera leitos e você não realiza cirurgias mais complexas tipo cirurgias ortopédicas; e aí você tem uma pressão danada dizendo: “Eu estou gastando mais no contrato, portanto, eu preciso receber mais com consultas que poderiam estar sendo realizadas em UPAs”. Percebe a questão que a gente está levantando aqui, pois isso é fundamental para o entendimento da pressão que está colocada sobre o sistema municipal de saúde.

Serviço de Atendimento Móvel, o SAMU. Nós tivemos 19 mil e 47 chamadas recebidas no SAMU, desse volume, 15 chamadas recebidas para orientação; quatro mil, 915 para o atendimento do suporte básico; Atendimento Hospitalar Móvel, motolância, 1220; unidade de suporte básico de vida terrestre, 5.328; Regulação médica, 414; o SAMU 192, 1.433.

Aqui, já o atendimento da USA. Transporte Intra- hospitalar, quatro. E transporte intra-hospitalar pela unidade de suporte básico, quatro.

No terceiro quadrimestre, está aqui a distribuição, nós tivemos, no mês de setembro, dois mil e 31 atendimentos; outubro, 1.398; novembro, 1.312 e dezembro, 1.279.

Em que pese uma série de queixas verificadas em relação ao SAMU e, nós constatamos no dia 1º de janeiro, que, de 14 ambulâncias, apenas quatro estavam funcionando no dia 1º de janeiro. O que a gente observa? O tempo de resposta do SAMU é um tempo bastante razoável. Então, nós temos aí uma média de atendimento da ordem de 35, 40 minutos,

isso a gente está falando de cruzar a Cidade, um ponto mais distante, mas que temos que diminuir isso para algo em torno de cinco a sete minutos.

Agora, apenas algumas ilustrações de serviços realizados e de atividades realizadas pelo SAMU, pelas nossas unidades de pronto atendimento – pode andar com isso aqui rápido, porque acho que é mais importante a gente abrir o debate.

Aqui, algumas atividades realizadas em hospitais, na rede de urgência e emergência.

Vamos para o transporte ambulatorial. Foram feitos durante o terceiro quadrimestre 12 mil, 953 atendimentos de transporte ambulatorial e, pela central de ambulância, 4.101 atendimentos de urgências.

Produção ambulatorial em atenção especializada: Cemeg São João, seis mil, 679. Cemeg do Pimentas, cinco mil, 659. Ambulatório da Criança, nove mil, 625. Cemeg Centro, 19 mil, 550. Cemeg Cantareira, seis mil e 68. Um total de 47 mil atendimentos no quadrimestre.

Olhando assim – em uma primeira vista – é muito atendimento, eu posso assegurar para vocês que é pouco, pela estrutura que nós temos e pela necessidade que a população de Guarulhos tem demandado, nós precisamos ampliar e muito a nossa produção ambulatorial em atenção especializada.

Foram registrados até 31 de dezembro – só para os senhores terem uma ideia – nós temos pendentes 250 mil consultas especializadas e temos 270 mil exames especializados registrados na nossa regulação em 31 de dezembro, pendentes. Portanto, precisamos fazer crescer muito essa produção de atenção especializada.

No CAMPD, dois mil, 937 e atendimentos no CER e no CERESI dão um total de nove mil, 298, que também precisa ser ampliado.

Consultas médicas em atenção especializada. Pela rede hospitalar, foram realizados 35 mil, 601 atendimentos.

Quero chamar atenção para essa questão da atenção especializada. Também, na rede hospitalar, porque nós deveríamos ter na rede hospitalar concentradas as especialidades cirúrgicas e, na verdade, o que nós temos são as especialidades clínicas nos hospitais.

Então, nós precisamos inverter essa lógica também. Há a necessidade de reorganizar o serviço para que a gente possa realmente realizar cirurgias, pois há uma pressão e uma demanda grande no nosso Município que a gente precisa resolver com uma certa brevidade.

Nos Caps, tivemos o atendimento da ordem de 112 mil, 530 atendimentos no quadrimestre.

Em termos de práticas integrativas, três mil, 980 atendimentos. Nos CEOs, Centro de Especialidades Odontológicas, tivemos, no terceiro quadrimestre, 27 mil, 241 atendimentos, que, também precisamos melhorar muito a performance.

Acho que essa melhoria de performance está muito relacionada a quadro de profissionais em ação, em atuação. Então, eu não quero tecer maiores comentários antes de a gente avaliar efetivamente a quantidade de profissionais que nós tínhamos nesse período aqui do terceiro quadrimestre.

Na atenção primária à saúde, nós tivemos, no quadrimestre, 250 mil, 333 consultas. O que, em um primeiro momento, também nos parece ser muitas consultas, se a gente dividir esse volume por quatro meses (ininteligível) e a nove a unidade, a gente vai ver que a gente precisa incrementar e muito para poder garantir promoção e prevenção à saúde no Município de Guarulhos.

Das visitas domiciliares realizadas pelos agentes comunitários, 727 mil, 721 e consultas odontológicas, 43 mil, 372, isso dentro da atenção primária à saúde.

Aí uma série de atividades que estão sendo realizadas nas várias unidades de atenção primária, sobretudo, o aspecto da assistência materno-infantil, dos grupos que a gente realiza em termos de doenças crônicas. Também das linhas de cuidado de pessoas com deficiência, também uma série de atividade de grupo, das práticas integrativas, também da linha de cuidado da população negra, prevenção de violências, o Projeto Tecendo a Paz, atividades e saúde bucal, também em grande escala sendo realizadas, linha de cuidado e saúde da mulher, tivemos o Outubro Rosa. Começou no terceiro quadrimestre, mas está avançando para esse quadrimestre ou para esse semestre a questão da carreta de saúde da mulher.

A saúde homem, Novembro Azul, também teve uma série de intervenções e ações realizadas, tudo dentro do terceiro quadrimestre. A linha de cuidado de saúde mental, a RAPS, também com uma série de atividades. Vacinação também uma série de atividades.

O Programa Saúde Agora, que são as unidades abertas aos sábados com a intensificação de vacinação e de orientações às famílias de Guarulhos. Exames citopatológicos do colo do útero, no terceiro quadrimestre, foram realizadas, para todas as faixas etárias, 21 mil, 785 exames, e da faixa etária de 25 a 64, 18 mil, 158.

Mamografia, para todas as faixas etárias, no terceiro quadrimestre, nove mil e 500. Na faixa etária de 50 a 64, cinco mil, 969. Ultrassonografia, foram realizadas um total de 27 mil, 793 na rede municipal e, na rede estadual, nove mil e 66.

Tomografia, nove mil e 79 na rede municipal e nove mil, 705 na rede estadual.

Contrapartidas da Escola SUS, nós tivemos alguns valores aqui referentes ao terceiro quadrimestre. Uninove, um milhão, 472 de contrapartida. Oitenta e três mil da UNISA. Da Universidade de Guarulhos, a UNG, na verdade, já disponibilizaram o serviço de ecoterapia. E demais instituições, 726 mil, 310 no terceiro quadrimestre de 2024 como contrapartidas aos campos de estágio para essas instituições.

Auditorias. As auditorias são realizadas tanto nos hospitais como nos nossos serviços, é mais do ponto de vista da verificação de SADTs e de internações realizadas. Vamos passar muito rapidamente, porque esses dados aqui interessam mais internamente para fins de faturamento da Secretaria de Saúde junto ao Ministério da Saúde.

Esses dados, na verdade, o fruto, o resultado desse trabalho está lá na parte de receitas recebidas.

Vigilância e Saúde. Em termos de Vigilância e Saúde, há uma preocupação grande com a questão da Dengue e da Chikungunya, mas temos uma série de outras atividades. Temos os acidentes com animais peçonhentos, as solicitações atendidas pelo CCZ do ponto de vista de aranhas, cobras, escorpiões, animais capturados e remoção de abelhas em residências especialmente.

Temos também, no trabalho de Vigilância, a questão do Serviço de Verificação de Óbito que, no terceiro quadrimestre, tivemos recolhimentos da ordem de um mil, 103 e número de necropsias, 684.

Controle da água, desratização e controle de vetores, educação e vigilância são uma série de atividades do Departamento de Vigilância em Saúde.

No terceiro quadrimestre, do Aedes, nós tivemos, no terceiro quadrimestre, 165 casos positivos de Dengue. Caso positivo de Zica, nenhum. Chikungunya, um. Febre Amarela, nenhum. E ações de combate foram realizadas pelo menos 331 mil, 963 visitas casa a casa, montadas armadilhas e feito o bloqueio de nebulização.

Laboratório de Saúde Pública, especialmente no que diz respeito ao diagnóstico de Dengue, leptospirose e tuberculose, realizou-se no primeiro quadrimestre, 12 mil, 486 exames.

Para finalizar, uma série de ações desenvolvidas pela Secretaria no terceiro quadrimestre, tem uma série de fotos. Depois, os senhores terão condições de observar o material que será disponibilizado.

Obras e infraestrutura. Foram realizadas 997 intervenções em termos de serviço de manutenção. Equipamentos médicos e odontológicos, um mil e 87. Gestão da frota, 11 mil, 559 atendimentos. O que

demonstra que a frota está sucateada para ter 12 mil ordens de serviços durante um quadrimestre.

Projetos para novas unidades em desenvolvimento, temos sete projetos em andamento. Durante o terceiro quadrimestre, foram emitidos quatro AVCBs e estão em andamento 17.

Essa é uma preocupação grande, porque nós temos unidades de saúde muito precarizadas. Eu acredito que os senhores percorrem as unidades de saúde e devem perceber que nós não temos uma infraestrutura adequada. Para complicar, a gente observa que de 118 equipamentos, nós temos praticamente 70 equipamentos locados. O que não justifica você ter equipamentos locados sem condições de trabalho.

Então, essa é uma preocupação para a qual vamos ter de chamar bastante atenção da nossa equipe de infraestrutura para que a gente possa adequar e fazer projetos levando em consideração a possibilidade de termos espaços próprios da municipalidade para poder prestar o serviço de saúde, visto que o serviço de saúde é um serviço contínuo, é uma política de estado, não é momentâneo, ele não atende determinados períodos do ano. Não. Ele é de forma permanente, precisa ter a estrutura adequada; para a gente oferecer um serviço de qualidade, nós precisamos oferecer condições dignas de trabalho para o conjunto dos nossos servidores.

Têm algumas obras em andamento, UBS Morros, que já vem da gestão passada. A expectativa é que, nesse primeiro quadrimestre, a gente conclua.

A UBS Água Azul foi inaugurada no apagar das luzes da gestão, mas não tem um único equipamento, não tem ligação de rede elétrica, rede de água. Então, isso nós estamos providenciando para fazer a entrega ainda nesse primeiro quadrimestre.

O CAMPD é uma obra concluída no primeiro quadrimestre; o PA Paraventi ainda está em execução. O SVO ainda em execução. UBS Fortaleza ainda em execução. O espaço do transporte ambulatorial foi concluído. O PA Dona Luiza é uma obra que está paralisada. Psiquiatria do HMU concluiu, mas é um espaço que nós não vamos utilizar, depois eu explico por que. Não vamos utilizar para a psiquiatria, não justifica você ter mais 30 leitos de psiquiatria no HMU, não há justificativa para isso. A não ser não querer fazer cirurgias, não querer resolver problemas que, efetivamente, estão acontecendo na cidade. UBS Marinópolis; Hospital Infantil Juvenil de Guarulhos, que é uma PPP, que é um contrato que está em vigência e precisa de um alerta e de um acompanhamento bem de perto, para que ele aconteça.

Aparece aqui também, nessa apresentação, os dois pavimentos do Pimentas, e aparece aqui como licitação encaminhada. Aqui, terceira fase obras previstas do Hospital Pimentas. Está aqui, um PA que foi aberto em agosto ou setembro de 2024. Foi feita a licitação, a empresa Ingetal Engenharia e Construções Ltda. ganhou esse contrato de 14 milhões 851 mil,

que não será executado. Por que não será executado? Esse dinheiro é o tal dos 40 milhões que o Governador encaminhou no mês de agosto, sendo 24 milhões para o JJM concluir o Instituto da Mulher e 16 milhões para a conclusão do Hospital Pimentas. Esses recursos vieram do Governo do Estado, na rubrica custeio e, obviamente, foi gasto em custeio e nós não temos esses recursos em caixa para realizar as obras nem do Instituto da Mulher nem da conclusão das obras do Pimentas.

Agora, o que me chama mais a atenção é que o Governo encaminhou uma contratação para usar os 14 ou 16 milhões do Governo do Estado; só que temos disponibilizados no financiamento da Caixa Econômica Federal, da obra que foi entregue em 2006, os mesmos 14 milhões parados desde 2011. Então, os dois pavimentos do Pimentas eram para ter sido concluídos há muito tempo, porque os recursos estavam disponibilizados pela Caixa.

Então, o que vamos ter que fazer? Por isso falei que esse contrato não será executado. Porque vamos, até para que a gente tenha a conclusão do Hospital Pimentas, que foi entregue em 2006; com o contrato da Caixa Econômica Federal, temos de viabilizar uma licitação nos termos da Caixa para concluir a obra com o saldo de 14 milhões que temos, e aí dar o recebimento da obra em definitivo. Então, são providências que a gente já observa que a gente terá de desencadear nos próximos dias, e que esperamos contar com o apoio do Poder Legislativo e de toda a comunidade reunida.

Essa apresentação que a gente recebeu, volto a frisar que, por dever de ofício e pelo que consta na legislação, a gente tem que apresentar o terceiro quadrimestre, embora na última página aparece o meu nome como Secretário de Saúde, na verdade, aqui deveria aparecer os nomes dos Secretários que finalizaram a gestão em 2024, até 31 de dezembro, que o Secretário no caso era o Silvio Prado. Mas, como a gente está fazendo a apresentação, acredito que é por isso que veio aqui tanto o meu nome como o da Flávia, Secretária-Adjunta, mas a gente quer deixar claro que esses dados se referem ao terceiro quadrimestre; portanto, setembro, outubro, novembro, 31 de dezembro de 2024.

Agradeço a atenção dispensada e a paciência em vocês ouvirem todos esses números. O relatório é bem denso, estará disponibilizado tanto no site da Secretaria de Saúde quanto no site da Câmara Municipal. Obrigado, e me coloco à disposição para os questionamentos e esclarecimentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Agradeço ao Secretário Márcio pela explanação.

Anuncio a presença da Ana Paula, que está representando o Vereador Rafael Acosta; da assessora Talita, representando a Vereadora Karina Soltur; do Vereador Laércio Sandes, presente, do Vereador Guto

Tavares, da Vereadora Fernanda Curti, além dos Vereadores que foram anunciados anteriormente.

Já estão encerradas as inscrições. Vamos iniciar pelos Vereadores. Primeiramente a Vereadora Janete Rocha Pietá para uso da palavra. V.Exa. terá cinco minutos, com uma prorrogação de mais dois.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ – Bom dia a todos os servidores, às Vereadoras, aos Vereadores, aqui presentes.

Secretário Márcio, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo. É a primeira vez, desde que estou aqui, que um Secretário apresenta, sempre é o técnico. A gente tem que dizer isso, não é? Na verdade, o senhor já está fazendo um diagnóstico da Saúde, que eu concordo em muitas coisas que o senhor apresentou, mas eu gostaria de fazer umas perguntas em cima do que o senhor apresentou.

O senhor apresentou, fazendo um quadro do que foi gasto em 2022/2023 e tendo em vista a pandemia, houve uma redução acentuada. Isso é uma constatação que também faço. Pela primeira vez o senhor concorda, o senhor fala isso. Mas aí eu queria já fazer uma perspectiva de como o senhor entende que poderá encaminhar, tendo em vista que o senhor faz uma análise, isso na página 5, que houve uma redução significativa de gastos com a saúde de 2022 para 2024, tendo em vista a questão da pandemia. Aí, pergunto ao senhor – o senhor faz essa avaliação, eu concordo –: quais são as perspectivas frente a esse dado, porque não basta constatar, eu concordo e também o senhor já colocou para mim e para a Comissão que o senhor pegou o carro andando, é verdade. São 48 dias até agora. Por isso, é que eu gostaria de ter ouvido a sua exposição do que o senhor está pensando, para fazer essa comparação.

Então, eu ouvi uma precarização e uma inversão. O senhor analisa que foi tudo pago para as OSs. Mas se foi tudo pago para as OSs, a minha pergunta: Por que a Santa Casa de São Bernardo não pagou os médicos no final do ano, tendo em vista que o senhor paga antecipado? O senhor não tem obrigação de responder, mas eu tenho a obrigação de perguntar.

Também senhor colocou claramente, e eu concordo, que a saúde básica está precarizada, porque a população não acredita, porque vai à UBS não encontra e corre para o hospital e o PA. Então, como o senhor vai investir, a partir de agora, mais verba ou inverter essa lógica de que a Unidade Básica, a prevenção é mais importante do que o que está ocorrendo agora? Pergunta, posso fazer, não é?

Também outra coisa. Eu fui anotando aqui as várias questões que o senhor levantou. Eu gostaria de lhe perguntar – na página 12 se coloca a questão do SAAE Carlos Cruz –: Por que falta infectologista? Como o senhor vai ver essa questão? Porque no quadro que se apresenta na página 12, aqui está colocado que o que foi programado na Saúde

praticamente foi executado. Mas existe um descompasso entre o executado e a realidade, tanto na questão do SAAE Santa Cruz quanto no CTA. Como se resolve a questão de que em dezembro perdemos 15 especialistas? O senhor não tem culpa, mas como se vai resolver esse problema da questão desse bloco de Vigilância.

Em relação à maternidade, não sei bem a página, mas eu queria lhe dizer que está havendo muitos problemas com a questão da saúde da mulher. Daí se conclui que está havendo pouco pré-natal, porque algumas doenças... se tivesse havido mais exames e acompanhamento da mulher, não haveria tantas mortes, como o senhor mesmo detectou, que é alto o índice de mortalidade infantil na nossa cidade. Aí, quero saber quais são as suas propostas para isso, porque é importante. Ao mesmo tempo, existe... O JJM é para mais de importância para nós, mulheres, está tendo um nível de muitos partos; e, ao mesmo tempo, eu gostaria de saber o protocolo em relação à parturiente, porque há um questionamento muito grande das mulheres no sentido da demora do parto. O parto natural todo mundo sabe que é mais importante, mas às vezes a demora faz com que haja um óbito da criança; ela nasce, vai para a UTI, mas não consegue... Eu queria entender se o senhor já tem um diagnóstico desse quadro, porque a meu ver isso é muito sério.

O senhor já me respondeu em relação à questão das UBSs, que é esse descompasso entre 70 que são locadas e... portanto, é muito menor o número de UBSs reais da cidade. Então, eu gostaria de entender como é que o senhor vai... Já existe um levantamento de terrenos públicos para que se sane essa questão?

Eu perguntaria também sobre a questão odontológica. Existe uma demanda reprimida da questão bucal. E nós sabemos que o tratamento bucal é fundamental para resolver uma série de questões, inclusive algumas doenças cardiológicas, que são decorrentes de infecções bucais. Então, o senhor, ao passar, não falou. Eu queria que o senhor desenvolvesse mais isso. E na página 24, se existe tantas doenças do aparelho circulatório... o senhor sabe que a questão de enfarto, de trombose, está muito relacionada com isso; muito alta, não é? Por que não o aproveitamento do Stella Maris, que tem muito mais leitos, que poderiam ser atendidos?

Eu não sei como está o meu tempo, mas eu gostaria de saber também...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Para concluir, Vereadora.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ – Para concluir, por isso eu mesma perguntei, eu olhei aqui e não marquei lá. Tendo em vista que o Hospital dos Pimentas, a meu ver parece, na sua próxima gestão... próxima porque o senhor tem pouco tempo de gestão. É importante o término do Hospital dos Pimentas. O senhor avalia que o Hospital dos Pimentas está mais próximo de um pronto atendimento do que o hospital mesmo. Aí, já faço a

conexão com a questão do HMU, que o senhor colocou que não há sentido ter ali 30 leitos reservados para a questão saúde mental.

Eu estou concluindo. O nível do Secretário é um nível técnico importante, eu não estou falando isso, isso, aquilo, mas estou fazendo perguntas, a meu ver, de interesse da população.

Então, eu queria saber como o senhor vai resolver a questão da saúde mental. Como ficam os CAPS, e também como o senhor vai priorizar o término do Instituto da Mulher? Porque não tem verba, o Governador disse que ia mandar verba, mas mandou para o custeio. Temos que cobrar!

Finalizo, Secretário, dizendo que nós, mulheres Vereadoras desta Casa, participamos da Frente Parlamentar do Alto Tietê. Nós vamos estar muito atentas a essa questão, porque Guarulhos – o senhor não apresentou, mas eu digo – tem vinda de muitas pessoas para utilizarem o nosso sistema, dada a proximidade. Então, como fica essa relação com o Estado e como fica a relação também com o Padre Bento e o HMU, tendo em vista que ... o CROSS, como funciona o Cross? Porque está havendo muita demanda reprimida em relação à questão do CROSS, que são os AMES, que são encaminhados para o Estado e não vêm para Guarulhos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Com a palavra, a Vereadora Carlinda Tinôco.

A SRA. CARLINDA TINÔCO – Olá! Bom dia a todos. Primeiramente, quero cumprimentar os servidores presentes da área da saúde. Quero cumprimentar também todos os assessores que vieram aqui representar alguns Vereadores; cumprimento em nome da amiga Janete Pietá, Vereadora; a Fernanda Curti, a Karina também, que não está aqui presente, todas as mulheres aqui. Também quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do nosso Secretário Márcio; ao nosso Vereador Geraldo Celestino, cumprimento todos os Vereadores – estou vendo aqui o Vereador Guto, Vereador doutor Laércio; o nosso querido Vereador Alemão. Cumprimento também a Conselheira Presidenta, a querida Zélia e todos os presentes.

Primeiramente, referente à Saúde, na minha visão, a saúde tem que estar em primeiro lugar. Sem saúde a gente não faz nada. Hoje a gente pode estar bem e amanhã você pode estar precisando de todos os médicos, enfermeiros, técnicos, e todos aqueles que fazem parte para cuidar de nós.

Sabemos que, neste momento, a cidade de Guarulhos, ela vive um momento delicado, sim, na Saúde, porque tenho um gabinete que recebe todos os dias demandas e a maioria é de Saúde. São pessoas que vão buscar um bem-estar para dar continuidade e conseguir seguir sua vida.

Muitas vezes, nos deparamos, sim, na Cidade com certas negligências, porque hoje, na Cidade, se eu for me referir ao que eu estou

vivendo, das pessoas que me procuram, nós temos, sim, o Hospital de Pimentas, que além da infraestrutura que precisa ser finalizada, temos também pessoas lá na área de ortopedia que precisam fazer cirurgias.

Temos também pessoas na Odontologia. Recebo também muitas demandas referentes à Odontologia, secretário, gostaria também dessa atenção, né? Acredito que todas as pessoas que tratam da saúde bucal, eles sabem o caminho certo para desenvolver um trabalho melhor nesta Cidade. A gente sabe que existe, o que? Uma coordenação, a gente sabe que têm os médicos que estão ali todos os dias para servir melhor a população.

Mas, muitas vezes, também, quando nós encaminhamos algumas pessoas, existem falhas, principalmente pessoas que eu já ouvi aqui na cidade, que foram buscar recursos para tratar de uma criança autista e o seu recurso arranca todos os dentes. Não é dessa forma, tem que existir uma avaliação correta, tem que existir aquele comprometimento com a família, porque é muito ruim você chegar e arrancar todos os seus dentes. Você precisa, primeiro, ter uma avaliação, ter uma conclusão da situação para depois tomar uma decisão.

Mas eu quero também esse cuidado com os dentistas aqui na cidade de Guarulhos, para que essa coordenação venha a fazer parte da saúde desta cidade, não só demandar as situações e os médicos não poderem participar das ações que existem aqui na Cidade de Guarulhos. Referente a todos os hospitais, claro que os hospitais precisam, sim, desse comprometimento, os hospitais precisam desse acolhimento. Humanização com os pacientes é algo que eu acho muito interessante, porque em 2020 eu fui acometida de Covid, e quase morri. Se não fosse a equipe médica, se não fossem os enfermeiros, se não fossem os técnicos de enfermagem, se não fosse até aquela senhora que durante 20 dias eu fiquei dentro de um apartamento, limpando ali aquele quarto, talvez eu não estivesse aqui.

Tem um marido que por duas Covid, hoje ele está acamado e ele precisa dessa minha ajuda, desse meu comprometimento também pessoal, como esposa, para ajudá-lo. Então a saúde, na minha visão, tem que ter a prevenção e tem que ter esse cuidado diário. Referente ao Hospital da Mulher, fiquei muito triste agora com essa notícia, e é como a nossa querida Vereadora Janete Pietá falou, temos agora uma Frente Parlamentar, de que também faço parte, juntamente com a Vereadora Fernanda Curti e a vereadora Janete, e claro, vamos fiscalizar, porque esse é o nosso papel e a vamos continuar, porque isso é um sonho para a cidade de Guarulhos.

Esse instituto para que a saúde da mulher venha a ficar em dia e, principalmente, as mulheres que sofrem violência doméstica, que sofrem violência psicológica, que sofrem violência emocional e todo tipo de violência, que também nós sabemos que a cada dia cresce aqui na cidade de Guarulhos. Então eu quero agradecer mais uma vez, secretário.

Quando o conheci pela primeira vez, tive uma boa impressão, seu comprometimento com o governo em trazer melhorias para a nossa Cidade. Não estou aqui fazendo nenhuma crítica, eu estou apenas somando com as necessidades que essa cidade precisa melhorar na Saúde. Tenho certeza que Deus vai te dar sabedoria para que o senhor possa realmente fazer uma saúde que o povo de Guarulhos merece.

Então, muito obrigada a todos, todos presentes, e também dizer que a Casa Parlamentar vai estar sempre aberta. Agradeço a sua presença, também o nosso querido vereador Geraldo Celestino, que sempre acompanhou a Saúde nesta Cidade, a nossa presidenta também, a Zélia, que faz um trabalho belíssimo aqui nesta cidade, também juntamente com os Conselhos, e a todos que estão aqui presentes, meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Obrigado, vereadora. O vereador Alemão do transporte, por favor.

O SR. ALEMÃO DO TRANSPORTE – Bom dia a todos, cumprimentar aqui os servidores, colaboradores públicos. Cumprimentar os colegas vereadores presentes, Guto, Doutor Laércio, Janete, Fernanda, Carlinda, o nosso Líder também está presente, cumprimentar o Secretário, com grande prazer. A Zélia, éramos, não é, Zélia? Não, porque eu não estou morando mais lá, mas... Ah, sim, é isso aí, legal. Verdade, então, a gente sabe bastante. Parabéns pelo seu trabalho aí á frente da Saúde.

Enfim, cumprimentar a todos presentes, pessoal. Secretário, não tenho dúvida que o senhor herdou aí um grande desafio, porque a questão da Saúde aí, a gente sabe que não é fácil, os problemas da Saúde. Nosso prefeito, como candidato, percorreu vários bairros da Cidade e ali ele sempre enfatizou a questão da dificuldade ali das UBSs, que a gente tinha as UBSs, mas não conseguiam dar conta do atendimento da população da forma que precisa.

Foi muito importante a observação. Eu não tenho dúvida que o senhor vai conseguir desenvolver um trabalho para que a consigamos, de fato, pegar essas UBSs, por exemplo, ali a UBS Bananal, que é o bairro que em que me criei, cresci, estive lá fazendo uma visita na UBS, e sabemos que, infelizmente, não tem condições de dar o atendimento para a população da forma que tem que ser.

O prédio é insalubre, tem escada, o atendimento é no segundo andar ali, as mulheres gestantes, idosos... Infelizmente, é um prédio que não tem condições. Então, eu gostaria de saber aí se existe mesmo, de fato, um projeto de construção de uma nova UBS lá para aquela região, para melhorar esse atendimento, com condições realmente necessárias. E quais outros locais também que terão a probabilidade de ter novas UBSs?

Porque eu vejo que, foi falado aí, acho que algo em torno de 70 unidades que são locadas e não têm condições, o prédio, a gente realmente precisa rever essa questão, porque não tem sentido ter um prédio

pagando aluguel e o prédio não dar a condição da população ter o atendimento necessário.

Gostaria de dizer também que é muito importante unir forças, Secretário, com o Esporte. Sabemos que a Secretaria do Esporte é uma Secretaria que não tem o valor, ou seja, não tem um orçamento condizente com o que necessita, mas o esporte, pessoal, é saúde. Se conseguirmos praticar esporte ou incentivar à população a praticar esporte, com certeza a gente vai prevenir algumas enfermidades, eu não tenho dúvida disso.

Estou aí com meus 51 anos de idade, sou um esportista, jogo meu futebol no final de semana, mas no sentido... Obrigado, Guto. Mas eu digo assim, não só o futebol, todas as práticas esportivas são muito importantes, porque se a conseguirmos realmente fortalecer com mais recursos e poder levar para a população as práticas esportivas no contexto geral, a população com certeza vai ficar menos doente. E uma coisa que nos deixa triste é uma fala que o senhor teve, secretário, de as pessoas procurarem as unidades básicas, os hospitais mesmo, em troca de atestados.

Isso é triste, porque, de fato, está tirando o atendimento de quem realmente precisa ou dificultando o atendimento de quem realmente precisa e também fazendo com que a Cidade tenha um gasto que o orçamento, que já não é tão bom, de forma desnecessária. Então, não sei se a poderíamos criar uma campanha de educação da mesma forma que a gente tem tentado conscientizar a população em relação à questão de jogar lixo, entulho aí no meio dos córregos e aí depois vem às enchentes, as pessoas acabam perdendo tudo.

Uma forma de a gente conscientizar a população de que não tem sentido você procurar um posto em troca de um atestado para poder ficar de boa ou faltar o trabalho. Então, dizer que pode contar conosco aí, secretário, sobre o nosso Mandato, o desafio é grande, mas eu não tenho dúvida que as boas referências que temos do senhor é que o senhor vai dar conta e terá uma grande capacidade de ajudar a população de Guarulhos a ter uma saúde melhor. Muito obrigado e Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Obrigado, vereador Alemão do Transporte. Agora, Guto Tavares, por favor, Vereador.

O SR. GUTO TAVARES – Muito bom dia a todos, bom dia aos colegas vereadores, à assessoria, à imprensa, bom dia à população da cidade de Guarulhos que nos acompanha aqui pela TV Câmara, às assessorias e ao secretário, obrigado pela presença.

Acho muito importantes os esclarecimentos que o senhor trouxe aqui para essa casa, para podermos repercutir. Como estava conversando com o doutor Laércio Sandes, ficamos tristes com a notícia em relação ao Instituto da Mulher, ao Hospital da Mulher. Vamos acreditar, doutor, que o governador Tarcísio, por meio dos vereadores que têm nesta casa, que

tem relação com o governo estadual, o próprio prefeito em relação ao governo estadual, possa fazer novamente o envio dessa verba, mas para a execução desse hospital que foi prometido no processo eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Só um aparte, Vereador, ela veio para o hospital, ela veio para o Instituto da Mulher, veio para o Hospital da Mulher, houve um desvio de finalidade da verba, porque mesmo que ela venha sobre custeio, ela veio dirigida para o Instituto da Mulher e para o Hospital dos Pimentas. É uma discussão que nós temos que ter aqui na Câmara Municipal, posteriormente. Temos uma Comissão Especial de Inquérito que foi instalada, da Saúde, e é uma responsabilidade também do Legislativo, porque foi uma irresponsabilidade do governo. Eu desconto do tempo de vossa Excelência.

O SR. GUTO TAVARES – Obrigado, obrigado, Geraldo, por contribuir com o debate, é justamente essa é a linha do que eu estava construindo aqui, o raciocínio. Eu gostei também, Janete, da sua fala, a Janete é uma vereadora de oposição, está aqui a Fernanda também, mas acho que a Saúde tem que ser um pacto dessa Casa, da Câmara de Vereadores, um pacto de todos nós, independente da bandeira partidária, se é mais à direita ou mais à esquerda, porque somente quando houver um pacto da Cidade, das forças políticas da Cidade em prol da Saúde, da melhoria da Saúde, acho que a gente vai conseguir evoluir nesse tema.

Não pode usar esse tema puro e simplesmente para fazer disputa política, e não estou dizendo que é o caso, estou parabenizando a postura, porque acho que é dessa forma que vamos conseguir construir e buscar a solução para esses problemas. Secretário, por coincidência, no sábado eu estive ali no HIG, nas obras do HIG, que é o Hospital Infante Juvenil de Guarulhos, uma obra orçada em quase 3 bilhões de reais, R\$ 2,7 bilhões de reais, em uma parceria com o Governo Federal, e a situação lá é de calamidade.

A obra está totalmente paralisada. Encontrei lá ferro retorcido. E o pior, uma espécie de uma represa, uma mini represa ali, onde está tendo um surto enorme de Dengue na região. Então, fui lá, provocado pelos moradores da região. Eu sei que o senhor já passou por esse tema, mas, se o senhor puder, pelo menos dar um encaminhamento, o que se pretende fazer com aquilo, porque está muito perigoso ali, está gerando a proliferação do mosquito da Dengue. E uma pergunta também, não foi tratada com mais detalhe, é a questão da UBS do Jardim Acácio.

Eu moro ali na região, no Jardim Paraíso, e é uma demanda antiga da população, uma UBS que está em um prédio de dois andares, com escada, que não tem elevador, péssimas condições de trabalho para os profissionais e também para a população que faz uso daquele equipamento. Então, conhecemos que têm algumas áreas públicas ali próximas, por exemplo, ali ao lado da escola infantil Dr. Edson Alves, tem um espaço público

que eu acredito que poderia ser o local de construção dessa UBS, se a gente tem uma previsão.

Inclusive, um problema que parece que é menor, e eu sei que, considerando o tamanho da cidade de Guarulhos e as demandas, ele é menor, porém, ele é gigantesco para quem o enfrenta. Ali na UBS do Acácio, todo mês, a fralda não é entregue na data como é combinada com a população. Toda hora o telefone toca, a população cobra, com razão, e temos que buscar solução para esse problema. Eu queria saber, nessa questão também, como é que está o fornecimento de insumos, se tem uma previsão para regularizar isso para a população ser melhor atendida nesse tema das fraldas que eles usam.

Ainda na eleição, o Prefeito Lucas comentou também bastante a possibilidade ou o compromisso de construir um hospital, um novo hospital, na região do São João. Eu sei que a gente está falando de futuro, é o primeiro mês do governo, segundo mês do governo, mas se já há alguma perspectiva nesse sentido desse hospital ali na região do São João para atender á população. E também, secretário, se tem alguma política mais específica, previsão de investimento mais específico para a questão do Autismo na cidade de Guarulhos. É uma demanda que tem crescido bastante aqui, a população tem nos procurado bastante, buscando mais informações sobre um centro de referência para o Autismo na cidade, se temos essa perspectiva para os próximos anos.

E também, para concluir aqui, não vou nem usar todo o tempo, a questão dos contratos. A gente percebe que essas OSs que prestam serviço na cidade, não vou generalizar, mas vou me referir, por exemplo, à UPA Taboão, que recebe muita crítica a gente recebe da população, muito questionamento, porque o que eu percebo é o seguinte, a prefeitura de fato pagou essas OS, paga pelo serviço e paga em dia.

O problema é que elas ou não executam ou executam mal. Por exemplo, ali na UPA Taboão, é recorrente a reclamação de usuários e de funcionários. Eu moro do lado, então conheço os funcionários alguns. Ô, Guto, a gente está com o 13º atrasado. Ô, Guto, a gente não recebeu o pagamento em dia. Não é algo de agora, mas que vem historicamente.

Então, como é que também a Secretaria, eu sei que também é só uma função e obrigação até dos vereadores fiscalizar, e fiscalizar não é sair por aí chutando porta, viu, secretário? Aqui nessa casa, eu posso ter certeza que tem vereador um ou outro que, eu não vou criticar a atuação de nenhum vereador, cada um faz o que quer com o seu Mandato, mas acredito que a fiscalização tem que existir, mas de uma maneira adequada, de uma maneira que respeite o profissional da área da saúde, que respeite a enfermeira, o enfermeiro, o médico, a médica que está trabalhando ali, mas que, de fato, seja efetiva, por exemplo, na questão dos contratos.

Temos que pegar esses contratos, onde está lá dizendo que tem a contratação de 10, 20 médicos, e temos que conferir se realmente está sendo executado e saber se dentro da Secretaria, além da gente aqui na Câmara como vereador, que vamos fiscalizar dessa maneira, se dentro da Secretaria há alguma auditoria, alguma equipe que fique também de olho na fiscalização desses contratos para poder atender melhor a população. Obrigado, secretário, obrigado, Geraldo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Obrigado a você, Guto. Guto Tavares.

Fernanda Curti, por favor.

A SRA. FERNANDA CURTI – Bom dia, Vereador Geraldo, líder do governo. Bom dia, secretário, Márcio, Zélia, Presidenta do Conselho de Saúde. Perdoe-me, Rafael, desculpe-me por não lembrar o nome. Bom dia a vocês. Bom dia a vereadora Janete, Carlinda, a vereadora Alemão, Laércio, Guto e todas as assessorias que estão aqui representando outros parlamentares.

Aos profissionais da saúde que têm enfrentado um desafio muito grande na ponta. Bem-vindos e bem-vindas a essa casa. Espero que a consigamos ter uma relação mais próxima da Câmara junto com os servidores para também fazer parte desse processo de elaboração e discussão da reorganização do Sistema Único de Saúde na Cidade. Também cumprimento as representações do Fórum de Saúde, a sociedade civil organizada, que também está dia a dia nas unidades discutindo junto com a população e com os servidores uma melhoria do sistema.

Bom, eu quero iniciar comunicando a todas as pessoas aqui presentes uma medida muito importante do Governo Federal que certamente tem um impacto importante na Cidade de Guarulhos.

Na semana passada, o Presidente Lula anunciou que, agora, 100 por cento dos medicamentos e outros insumos como a fralda geriátrica vão ser 100 por cento gratuitos na farmácia popular.

Aqui, acho que todos os Vereadores e Vereadoras também – como a Carlinda mencionou – sempre recebem demandas vinculadas à fralda geriátrica, a determinados medicamentos e, agora essa medida do Governo Lula certamente vai ter um impacto muito grande na vida de quem mais precisa, incluindo aqui na nossa Cidade. Assim como outras medidas que o Governo Federal já adotou como enviar cinco novas ambulâncias do SAMU, no último anúncio que o Governo fez, das 280, para o Brasil inteiro. Aqui, a Cidade de Guarulhos foi contemplada com cinco ambulâncias. Também foram enviados recursos do novo PAC para construção de policlínica e outras unidades de saúde, enfim.

Bom, feita essa consideração, quero parabenizar e agradecer ao Secretário pela disponibilidade de vir aqui conversar com esta

Casa. Espero que os demais Secretários do Governo tenham essa mesma disposição de estabelecer diálogo com o Legislativo e, aqui, eu quero aproveitar que nós estamos nessa fase de discutir daqui para frente um planejamento do SUS, eu quero destacar algumas coisas que precisam fazer parte dessa discussão.

Primeiro, chamar a atenção que o valor que está sendo investido na saúde é incompatível com o número de atendimentos que foi apresentado, um volume muito alto para atendimentos baixíssimos. Também acredito que precisa inverter a lógica com que a gente trata a saúde na Cidade. Saúde precisa ser prevenção, não pode apenas tratar das doenças.

Aliás, com essa inversão que a gente vai conseguir efetivamente reduzir o volume de casos que estão dentro das unidades de saúde, aí eu concordo com o senhor, Secretário, que às vezes tem gente que está indo atrás de um atestado médico, mas eu não acho que essa é a maior parte não, eu acho que a maior parte são de pessoas que justamente por não encontrar o atendimento básico acabam buscando os hospitais porque não encontram outra possibilidade de atendimento.

Então, acredito que o ponto principal é inverter, investir mais na Saúde da Família, investir mais no serviço das agentes de saúde, que vão na casa das pessoas fazer um bom mapeamento das condições de vida e priorizando o debate das periferias, em especial, das regiões que ainda sofrem com a falta de saneamento básico, e o senhor e aqui os profissionais sabem muito bem que isso também coloca em risco, dá uma outra condição de saúde para as pessoas que moram nas periferias. Do ponto de vista das especialidades, o primeiro debate é a respeito da saúde integral da mulher.

Secretário, esse debate da carreta é insuficiente para cuidar da saúde das mulheres da Cidade de Guarulhos. Eu fiquei muito espantada de saber do desvio de finalidade do recurso do Instituto da Mulher, porque foi feito um escândalo o ano passado, como se fosse resolver o hospital rapidamente e, agora, um equipamento tão importante para as mulheres, do ponto de vista do atendimento à saúde integral, do ponto de vista da questão da maternidade, do ponto de vista do enfrentamento à violência naquele espaço, está reservado um lugar para ser o IML sexológico da Cidade de Guarulhos, ou seja, nós precisamos cuidar para que esse hospital saia, porque é isso que vai ser um passo importante para cuidar da saúde da mulher. Desculpe, discutir carreta, vocês não vão ouvir dessa Vereadora, porque isso é insuficiente para debater a saúde das mulheres.

E aí nós precisamos dar uma atenção especial também para a saúde das mulheres negras, que inclusive são as maiores vítimas de violência obstétrica, e isso está acontecendo na Cidade, e uma atenção para as mulheres LBT e para os homens trans. Tem gente que não gosta de fazer o debate de identidade de gênero e de orientação sexual, mas o SUS é

universal para todas as pessoas. Não pode um governo escolher qual setor vai ser atendido e qual não vai.

Todas as comunidades precisam ser atendidas. Então, eu registro aqui a necessidade de dar uma atenção maior para essas comunidades, também do CTA e da Ame Pro Trans, que são equipamentos que estão desmontados e o volume de pessoas que precisam de atendimento, que estão aguardando ter um primeiro atendimento, é fenomenal. Precisamos dar uma atenção para isso.

Aqui eu também anotei a importância de a gente tratar sobre a questão das pessoas que estão em situação de drogadição. Tem muitas famílias que estão enfrentando a situação de pessoas que estão viciadas em substâncias danosas, como, por exemplo, a questão do álcool, a questão do cigarro, a questão da cocaína e diversas outras substâncias. E as famílias não estão encontrando onde ter tratamento seguro pelo SUS, porque aqui eu quero deixar registrado que eu sou contra a comunidade terapêutica. A questão da drogadição é uma questão de saúde, não é uma questão de religiosidade ou de fé, de questão espiritual.

Então, precisamos colocar no plano o atendimento às famílias que precisam tratar de pessoas que estão em drogadição. E nós também precisamos reivindicar para a Cidade a questão do tratamento oncológico. Não tem mais condição da Cidade de Guarulhos, uma Cidade desse porte, não atender às pessoas que precisam de um tratamento oncológico, que estão enfrentando um câncer.

Enfim, me parece que essas são questões relevantes da gente tratar no novo planejamento, sempre fortalecendo o controle e a participação social, porque não adianta achar que essa discussão vai ser resolvida só com os técnicos e com o Governo. Precisa ouvir quem está na ponta, porque quem está lá, na ponta, sendo atendido dia a dia, aguardando mais de oito horas na fila, é quem tem melhores condições de avaliar a saúde da Cidade.

Para finalizar, eu quero falar sobre a questão da infraestrutura. A Cidade cresceu demais e a infraestrutura não acompanhou. O fato objetivo é que não tem hospital para todo mundo, não tem médico para todo mundo, ou seja, nós também não podemos aceitar que a infraestrutura que vai ser debatida, para concluir, Vereador Geraldo, é a gente colocar a tenda na frente das unidades de saúde e deixar as pessoas aguardando em condições terrivelmente precárias.

Então, nós queremos discutir a infraestrutura para atender melhor a população, para trabalhar com a prevenção da saúde, para trabalhar direito as especificidades de grupos sociais que são mais vulneráveis e, que, portanto, correm mais risco e conte com essa Vereadora para estabelecer relação junto ao Governo Federal para trazer mais recursos para a Cidade.

Aliás, quero comunicar à Comissão de Saúde, ao Conselho e ao Secretário que, na semana que vem, nosso mandato tem uma reunião com a Superintendente do Ministério da Saúde aqui do Estado de São Paulo, para a gente discutir o apoio do Governo Federal para reconstruir o Sistema Único de Guarulhos e fortalecer o atendimento na nossa Cidade. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Obrigado, Vereadora Fernanda. Agora, com a palavra, o Vereador Laércio Sandes.

O SR. DR. LAÉRCIO SANDES – Senhor Márcio Chaves, bom dia. É um prazer conhecê-lo. É a primeira oportunidade que eu o vejo. Não tive a oportunidade ainda de falar com a vossa Excelência na Secretaria. Bom dia, Vereador Geraldo Celestino, cujo o qual cumprimento todos os Vereadores e todos aqui presentes.

É muito conveniente e, de forma lamentável, os relatos de Vossa Excelência no que diz respeito aos equívocos de encaminhamento do Governo anterior.

Este Vereador sempre foi muito crítico à gestão do ex-Prefeito Guti. E, aqui, fica demonstrado o descaso que ele deu com o dinheiro público desta Cidade e do Governo do Estado. Porque a gente aqui ter a informação de que os 30 milhões encaminhados para o Hospital Pimentas e os 24 milhões para o J.J, em relação a qual esta Casa que foi conivente, eu digo conivente porque foi obrigada... não obrigada, mas aprovou duas leis no que diz respeito ao repasse para esses hospitais com verba oriunda do Estado. E aí a informação de que esse dinheiro foi desviado. Isso é muito sério. Isso é muito sério! Isso foi utilizado de forma eleitoral. Na última eleição, o Prefeito esteve lá com outros Vereadores – no J.J – dizendo que o hospital era uma realidade. Nós temos que apurar isso em profundidade, Vereador Geraldo Celestino.

E a primeira providência a se fazer é comunicar ao Governo do Estado que houve um desvio do dinheiro público aqui encaminhado para outros fins. Eu não estou dizendo que foi para o bolso de alguém, mas foi desviado da finalidade. O mesmo desvio de finalidade que se fala sobre a obra do Baquirivu, porque já foi utilizada a verba do parque linear e o parque nem existe.

Então, nós temos que apurar ponto por ponto e não deixar passar isso impune. Eu não iria me manifestar, mas em razão deste cenário, e eu, aqui, parabeno o Secretário, em 40 e poucos dias ter todo esse relato significa que Vossa Excelência será um ótimo Secretário para a nossa Cidade de Guarulhos, que é o que nós precisamos. Seriedade. Não só agentes políticos que pensam no poder pelo poder, mas sim pensar na Cidade, pensar na população. Porque faz muito tempo que a saúde de Guarulhos está precária. Está precária em todos os sentidos.

Não adianta a gente ficar aqui só falando em construir mais equipamentos públicos. Temos que fazer, e o Secretário está muito bem posicionado, temos que fazer funcionar o que nós temos. Ver o custo per capita. É dessa relevância que nós precisamos. Como ele fez a referência do HMU com HMCA. Qual é o custo desses equipamentos? Eu sempre fui crítico do alto custo de aluguel que esta Cidade tem com os equipamentos. E olha que o prefeito anterior foi eleito sob o argumento que iria acabar com esse custo. E não acabou, não enfrentou. Então, hoje, nós temos algumas UBS muito acanhadas. Aqui, eu pude enumerar uma dezena delas, mas não vou fazer isso porque o tempo é curto.

Então, eu aproveito para concluir essa situação do desvio da verba e não podemos deixar isso, em hipótese alguma, passar em incólume por este Legislativo. Esse relato que chega aqui na data de hoje, nós temos que dar resposta, repito aqui ao colega Vereador Geraldo, Celestino, nós precisamos dar resposta à altura.

Eu questionaria ao senhor Secretário, dentro desse planejamento que virá pela frente, nós temos um equipamento público chamado Caps Osório, Caps 2, que é ali na região da Vila Augusta, e é um local extremamente insalubre. Eu não sei o que está acontecendo com aquele equipamento, porque já era para os funcionários não estarem mais ali. A Prefeitura, na gestão anterior, me parece que estava alocando outro imóvel, desalocou, no Português chulo, e, hoje, nós temos aquele equipamento lá, me parece que sendo pressionado por uma construtora que vai fazer uma grande edificação.

Então, qual o encaminhamento que vai ser dado para aquele equipamento? E o prazo? Haja vista que ele deveria estar na região correspondente, me parece que pertence à região Cantareira, e está deslocado. Então, é uma resposta que eu busco. Eu iria marcar com Vossa Excelência lá na Secretaria, mas já tomo essa oportunidade, na prestação de contas aqui, em questionar sobre esse aspecto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Essa é a primeira parte, onde nós ouvimos os Vereadores, posteriormente eu vou passar para o Secretário já responder aos Vereadores e, depois, para os inscritos, as pessoas que foram inscritas por último.

Eu vou suspender o trabalho por cinco minutos, para uma água aí para o pessoal, e aí retornaremos com a explanação do Secretário respondendo aos Vereadores. Aí se inicia a outra parte, que vamos ouvir o pessoal que se inscreveu também, os munícipes.

– É suspensa a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Reaberto os trabalhos. Eu vou passar a palavra para o Secretário fazer a explanação.

Posteriormente, vamos ouvir a dona Zélia e os munícipes que se inscreveram.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Posso começar? Bom, eu vou... Olha, as questões aqui levantadas, a começar pelas questões levantadas pela Vereadora Janete Pietá, dar uma conferência aqui. (*Risos*) Eu precisaria de uma conferência de uns sete dias para responder todas as questões. Mas eu vou... Se for para responder de forma aprofundada, como sei que a Vereadora sempre gosta das questões. Mas vamos tentar aqui dar um rápido desenho de tudo aquilo que imaginamos e pensamos em realizar.

Eu vou pedir a autorização de vocês para, antes de eu responder ponto a ponto, eu fazer uma rápida apresentação daquilo que considero que seja essencial a gente resgatar como aspecto fundamental de um planejamento.

O que acho que, na minha explanação ficou muito clara, quando chamei a atenção para algumas questões, e o Vereador Laércio percebeu isso, é que, quando chamo a atenção para os custos, tenho clareza que o serviço de saúde, o sistema de saúde, está subfinanciado. E, por ele estar subfinanciado, não podemos errar e cometer desperdícios ou errar o foco da atenção. Então, é esse aspecto que gostaria de estar chamando a atenção.

Vou fazer uma rápida apresentação. Rafael, você está na tela? É que não tenho ela aqui escrita. Se puder ampliar melhor. A idade já não está ajudando a ler. Aí está bom. O aspecto central que acho que temos que resgatar... Zélia, vou ficar de costa para você, se você me permite.

Eu acho que a questão central, quando discutimos a política de saúde, é a gente resgatar do que estamos falando enquanto política de saúde. E, quando estamos falando de política de saúde, nós não estamos falando de política de um governo, não estamos falando da política de uma cidade ou de um partido. Estamos falando de uma política de Estado que perpassa pelas três esferas de Governo.

Então, precisamos trabalhar na lógica do fortalecimento do SUS, da implantação do SUS na sua essência. Esse é o debate que temos que fazer. Então, dentro desse aspecto, estamos colocando como uma missão da Secretaria de Saúde – e essa foi a tarefa que o Prefeito Lucas me determinou, ele falou: “Márcio, eu quero um SUS que funcione na Cidade para valer, porque essa foi a minha luta, foi a minha bandeira durante todo o processo eleitoral”.

Então, a partir dessa instrução – muito clara do Prefeito Lucas Sanches –, elaboramos uma rápida visão de planejamento que temos para os quatro anos.

Então, a questão: é missão da Secretaria, planejar, coordenar e executar a política pública de saúde, contribuindo para a melhoria

da qualidade de vida da população, segundo os princípios do SUS, universalidade, integralidade e equidade. Precisamos trabalhar com afinco esses três princípios. Por quê? SUS não é para pessoas vulneráveis, SUS não é para atender, de qualquer jeito, o pobre que procura a Unidade Básica de Saúde. SUS é para todos! E, independente da condição de renda, de raça, de credo, as pessoas precisam ser atendidas com dignidade.

Todos. Está certo? E todos. Esse é o grande desafio que está colocado. Da mesma forma, a questão da integralidade. Não basta a gente ter o atendimento parcial das demandas. Nós temos que garantir efetividade na promoção, na prevenção e na cura, na assistência efetiva de determinadas questões que afligem à saúde da população.

E o aspecto da equidade. Aí, sim, tratamos de forma desigual os diferentes. Está certo? Então, quem está em condição de vulnerabilidade tem prioridade? Tem prioridade.

Está certo? E, dentro dessa lógica, nós precisamos construir de forma muito clara o nosso sistema regulatório dos serviços aqui na Cidade. Não dá para as pessoas serem atendidas se elas conhecerem alguém influente. Está certo? Eu costumo brincar nas minhas apresentações. “Ah, você conhece o Papa Francisco? Ah, então eu vou te atender”. Não é assim que deve funcionar. Está certo? As coisas devem funcionar com o sistema que esteja devidamente organizado, horizontal e verticalmente falando. Entendendo a dimensão do processo de regionalização do SUS e a questão da necessidade da hierarquização dos serviços.

Então, precisamos conceber, de forma muito clara, o que está colocado para a Atenção Primária, o que está colocado para a Atenção Secundária e o que está colocado para a Atenção Terciária. E as várias esferas que são envolvidas nisso. Temos o Governo Municipal, o Governo Estadual e o Governo Federal.

O Governo Federal quase sempre contribui com o Sistema Municipal de Saúde do ponto de vista do financiamento. Só para vocês terem uma informação e um dado, vou comparar as três principais cidades fora a capital, como estamos em termos de contribuição do Governo Federal. Por exemplo, se a gente pegar os dados do ano passado, de 2024, transferências do fundo nacional de saúde para Campinas, que é a cidade imediatamente após Guarulhos, algo em torno da ordem de 450 milhões de reais. Se você pegar São Bernardo do Campo, uma cidade que está com 500 mil habitantes a menos do que Guarulhos, recebeu algo em torno de 510, 515 milhões de reais. Pega Guarulhos, a primeira cidade fora a capital, recebeu 300 e poucos milhões de reais, 200 milhões a menos que São Bernardo. Ah, é porque o Governo Federal priorizou São Bernardo? Priorizou Campinas? Não! É porque o Governo, o Sistema Municipal de Saúde de Guarulhos não está aderindo, não está tendo aderência com os programas, com os projetos que o SUS

financia. Então, a gente tem que ter muita clareza ao fazer esse enfrentamento, ao fazer essa discussão.

Qual é o outro aspecto? Quais são os valores que devem prevalecer na Secretaria da Saúde? A questão da ética, a questão da transparência, da competência, competência profissional, a questão da responsabilidade; do compromisso e profissionalismo. Não podemos ter uma estrutura funcional onde o que importa é o QI, mas não o QI de inteligência, mas o QI de “quem indica”. Então, essa discussão precisamos fazer de forma muito séria. Por quê? Se nós quisermos ter um sistema eficiente e eficaz, o conjunto dos nossos profissionais tem de ser valorizado na essência do que? Do seu saber, do seu conhecimento, da sua técnica. Essa é a discussão que temos que fazer, prevalecer para que a gente tenha um sistema de saúde realmente eficiente.

Só mais um dado, do ponto de vista de ilustração do que ocorre em relação a outras cidades: Guarulhos tem um ponto extremamente positivo que é: temos a grande maioria dos servidores, prestando serviço, estatutários. Coloco servidores todos os profissionais, coloco colaboradores todos os profissionais, os que são da rede pública, os que são da rede estadual, os que são das OSs e os que são dos serviços terceirizados. A grande maioria é de profissionais estatutários. Isso tem um ganho extraordinário para efeito de política de estado. Agora, precisamos saber valorizar isso e trabalhar isso a quatro mãos. Ver realmente onde temos possibilidades de avançar, do ponto de vista da meritocracia, para ocupar determinadas posições, para ocupar determinados cargos dentro da estrutura da Secretaria de Saúde e da política municipal de saúde.

Quais são os resultados que temos que almejar, do ponto de vista de uma política de saúde? Reduzir a mortalidade de causas evitáveis, materna e infantil, reduzir a mortalidade por causas externas. Hoje o grande problema da saúde são os acidentes automobilísticos, moto e violência pela disputa dos territórios. Hoje a gente perde muitos jovens, de 16 a 24 anos, por conta exatamente das drogas, como a Vereadora Fernanda levantou aqui. Então, esse é um aspecto que a gente precisa trabalhar tendo em mente que o sistema da saúde tem que estar preparado para atender esse tipo de situação.

Reduzir a mortalidade prematura, por complicações de doenças respiratórias, cardiocirculatórias, vasculares, diabetes e obesidade, que são os principais itens hoje do quadro de mortalidade no município de Guarulhos.

Melhorar a satisfação dos usuários e dos profissionais do SUS. A satisfação dos funcionários do SUS tem que ser elevada. Então, precisamos ter isso como o grande objetivo. Propiciar a maior longevidade saudável aos guarulhenses e serviços estruturados confiáveis e modernos. É inadmissível – só para deixar claro aquele número que eu dei. Quando falei de

118 equipamentos, estou falando dos imóveis onde funcionam serviços de saúde. Temos quase 70 locados. Das UBSs, das 69 UBSs temos 39 locadas, em condições insatisfatórias, em condições de salubridade, em condições de espaço físico, em condições elétricas. Se hoje você precisar ampliar a instalação de computadores, você não tem capacidade elétrica para poder garantir o funcionamento dos equipamentos. Tem espaços de PA que se você quiser implantar o RX, você não vai ter condição. Então, são aspectos que a gente precisa ter muita clareza.

A partir desses resultados que se almeja e dos princípios que estabelecemos, é importante a gente se ater aos processos de trabalho. Eu digo que Guarulhos tem o Sistema de Saúde bastante potente. É muito potente o nosso Sistema por quê? Porque você não tem grandes vazios assistenciais. Qual é o problema? Você tem dificuldades com os equipamentos, com as estruturas colocadas e com os processos de trabalho.

Então, nesse sentido, é importante implementar, aperfeiçoar as redes de atenção à saúde. Aí, quando a gente fala de saúde da mulher, vamos ter claro que temos um programa estruturante em nível nacional, que é a rede Aline; a rede de urgência e emergência, a rede de atenção às pessoas com doenças crônicas, a rede de atenção à saúde mental, a RAPS, e a rede de atenção às pessoas com deficiências e rede de atenção aos direitos humanos. Essas redes, elas é que possibilitam o maior grau de financiamento por parte do Governo Federal. E está faltando aderência a essas redes, a esses programas no Sistema Municipal de Saúde de Guarulhos, embora a gente tenha tudo isso sinalizado à existência. Agora, como ele está estruturado de fato? Esse é grande debate que a gente vai procurar organizar ao longo desses 100 dias para um projeto mais duradouro de quatro anos.

Fortalecer a Atenção Básica como ordenadora do cuidado, com foco na expansão da estratégia da saúde da família. Hoje, se você for pegar um indicador, você vai falar o seguinte: "Qual é a cobertura da Atenção Básica no município de Guarulhos?" Muita gente vai falar: "É 100 por cento, nós temos até lá na Água Azul; nos pontos mais distantes, temos UBSs". Mas considerando a estratégia de saúde da família, qual é a nossa cobertura? Sessenta por cento. Então, deixamos de cobrir com a estratégia de saúde da família 40 por cento do território municipal. Isso afeta consideravelmente o financiamento da estratégia da Atenção Primária. Aí, há uma visão de gestão equivocada. Muita gente acha que a UBS tradicional é a que garante a assistência, e que garante financiamento. E não é! Vou dar um exemplo: quando você tem o programa de estratégia e saúde da família, você tem o programa Mais Médicos, que o governo federal cobre consideravelmente os custos. Na estratégia da UBS tradicional, você não tem essa cobertura de custos.

Então, do ponto de vista do financiamento, você deixa de receber aqueles 200, 250 milhões a mais que São Bernardo recebe, por

exemplo, em relação a Guarulhos. Está certo? Não sei se está claro para vocês o exemplo que estou dando aqui.

Qualificação dos processos de gestão em saúde na Secretaria com foco na territorialização, com responsabilização e resultados assistenciais.

Outro dia, como eu falo bastante, eu gosto de ser transparente naquilo que eu estou pregando, eu fiz a seguinte fala: Eu gostaria de discutir melhor o que é essa tal administração regional em saúde. A partir daí, algumas pessoas começaram a dizer que o Márcio vai acabar com as administrações regionais. Em momento algum eu disse isso.

Só que a pergunta que eu faço é o seguinte: o prédio que existe, com a equipe que existe, ela zela pelos prontos atendimentos? Ele zela pela questão de vigilância na sua essência ampla? Ele zela pelo território, o hospital que está no seu território, por exemplo, onde está o Pimentas, a administração regional tem abrangência sobre esse hospital? Não. Então, não é um equipamento para fazer gestão territorial ou gestão regional. A gente tem que entender os conceitos que estão colocados quando você pensa numa determinada ferramenta, num determinado instrumento.

Esse debate eu quero fazer de forma muito tranquila dentro da Secretaria, envolvendo os profissionais de ponta e ver qual é o retorno e qual é a resposta que tem numa determinada estrutura. Para mim não cabe quatro prédios sendo custeados, locados com a equipe, para fazer apenas a supervisão da Atenção Primária. Para mim não cabe isso. Está certo? Eu quero deixar isso claro aqui, porque eu levantei a questão outro dia e aí todo lugar que eu vou alguém pergunta: "Você vai acabar com a administração regional?" Eu não falei isso em nenhum momento. Eu só disse que nós temos que discutir o papel dessa administração regional em termos de gestão, gerenciamento dos nossos serviços e dos nossos programas de saúde implantados.

A outra lógica: aperfeiçoar a política para atenção ambulatorial especializada sobre a lógica das RAS. Hoje nós temos no HMU, no Pimentas, no Stella Maris, no JJM, as mesmas especialidades e, às vezes, faltando outras especialidades. Então nós temos que disciplinar isso de forma a garantir o tal conceito da integralidade na atenção ao cidadão. Está certo?

Qualificar a política de assistência farmacêutica, reorganizando a cadeia logística do serviço de apoio e de suprimentos da Secretaria. É inadmissível com o volume de compras, o volume de recursos que nós envolvemos em medicamentos, insumos e materiais, você não ter um sistema totalmente informatizado e com rastreabilidade. Então, a gente pretende organizar isso de forma correta e de forma profissional, porque nós temos dois contratos hoje que falam disso e, efetivamente, nós não temos esse sistema organizado, estruturado da forma como se deveria do ponto de vista da gestão da assistência farmacêutica.

Aperfeiçoar a política de atenção hospitalar sob a lógica da RAS, definindo o papel dos hospitais prestadores de serviços do SUS. Qual é a vocação do HMU? Hoje, ele está atendendo prioritariamente pronto atendimento e, além do pronto atendimento, a questão de ortopedia. Qual é a vocação do Pimentas? Ele está basicamente hoje atendendo o pronto atendimento e ortopedia. Precisamos definir claramente os papéis desses hospitais.

Quando eu falei da questão da psiquiatria, Vereadora Fernanda, só para deixar claro, eu tenho 20 leitos no Pimentas, eu tenho 20 leitos no HMU, são 40 leitos. Aí eu tenho 10 leitos no Padre Bento, são 50 leitos. Estou falando em termos de território municipal.

Nós vamos voltar à tese da hospitalização em termos psiquiátricos ou vamos fazer valer a questão da RAPS com o matriciamento a partir da atenção básica e a atenção especializada? Esse é o debate que se coloca. Agora, eu não posso simplesmente assimilar a implantação de mais 30 leitos dentro do HMU, porque a RAPS não está devidamente estruturada. A internação hospitalar, dentro dos conceitos de humanização do atendimento aos pacientes psiquiátricos, a gente vai ter internações hospitalares no máximo por 72 horas.

E a rede de atenção psicossocial é inadmissível você ter os CAPS e não ter psiquiatra para fazer o atendimento. Você tem psiquiatra só no hospital. Por isso você trabalha com a lógica da hospitalização.

Então, redefinir o papel dos hospitais, isso é fundamental. E aí, definir o papel dos hospitais, nós temos um hospital 100 por cento SUS, que é o JJM, que a lógica da maternidade é a lógica da saúde da mulher. Por que transferiram 200 partos para o Pimentas e deixa de se fazer vesícula, deixa de se fazer hérnia, deixa de se fazer atendimentos relacionados às cirurgias ortopédicas?

Então você precariza os dois hospitais. Você precariza o Pimentas, que deixa de fazer média e alta complexidade e você precariza o JJM, que tem capacidade instalada para fazer mais partos. E que dentro da lógica do financiamento hoje, você tem a possibilidade de ter a tabela SUS paulista complementando e, portanto, gerando mais condição para o JJM melhorar o seu atendimento, melhorar sua assistência, melhorar suas instalações. Então esse é o debate que a gente precisa fazer de forma muito objetiva e de forma muito clara.

Garantir a transversalidade das ações de vigilância em saúde na RAS, com ampliação e qualificação da política pública de promoção e vigilância em saúde para prevenção, redução, eliminação dos riscos e agravos à saúde da população. Quando se fala em vigilância à saúde, o que vem na mente dos vereadores e de todo cidadão? Vigilância sanitária. Certo? A grande maioria, Janete, pode ser que quem aprofunda, quem discute, sabe que, por exemplo, dentro da estrutura da vigilância à saúde, você tem a

vigilância epidemiológica que deve funcionar como o eixo estruturante do que acontece na atenção primária, do que acontece na atenção especializada, porque você vai trabalhar efetivamente com os dados epidemiológicos da população. Esse é o debate que a gente tem que fazer do ponto de vista de garantir a transversalidade das ações em vigilância. Então, esse é um debate que a gente quer aprofundar.

Implementar e aperfeiçoar a política municipal de regulação e fortalecer a regulação regional. Vejam os senhores que, pelos dados, pelos números que nós tivemos acesso, pouco a gente consegue transferir do sistema municipal de saúde para o sistema estadual. E por que é pouco? Porque, efetivamente, a gente tem registrado na plataforma CROSS o número de leitos e o número de especialidades que nós não detemos. Então, por exemplo, o Pimentas, nós fomos olhar o que estava registrado na plataforma CROSS, constava 297 leitos, quando, na verdade, ele tem 144. Ele não está concluído. Ele não tem todos os seus pavimentos em funcionamento. Ele não está estruturado para aparecer na plataforma com 297 leitos. Obviamente, o médico regulador, quando olha, ele está enxergando que nós temos 150 leitos disponíveis, quando você fala que está superlotado com 144 leitos. Está certo?

Então, e outra coisa que precisa ficar muito claro, o princípio da regulação para o município de gestão plena, como é Guarulhos, é o município que estrutura o complexo regulador e, a partir dos protocolos e das pactuações feitas com os municípios da região e com o governo do Estado, você estabelece o fluxo de pacientes entre as várias unidades hospitalares. Quem dá as cartas é o município. Está certo? E, essa portaria, uma portaria recente, gente, de 2006, implantar o complexo regulador era desde daquela época que a gente precisaria ter feito. Está certo? Então, a gente precisa ter muita clareza do que está em jogo em fortalecer o SUS, em trabalhar a questão da estratégia de construção de um sistema único de saúde eficiente, eficaz e resolutivo.

E aí, a regulação, ela é estruturante para que isso aconteça, para que a gente consiga encaminhar todas as demandas mais urgentes e necessárias em tempo certo. Está certo? Então, a questão da regulação é fundamental.

Fortalecer a gestão do trabalho proporciona valorização e qualificação dos trabalhadores da Saúde. Fortalecer as práticas de educação permanente em Saúde para aprimoramento dos processos de trabalho e cuidado em Saúde.

Desenvolver uma política de formação profissional com fortalecimento da integração em si no serviço por meio de qualificação, especialização e pesquisa em Saúde e estreitar relação com as universidades. Nós temos várias universidades aqui com os cursos voltados aos trabalhadores da Saúde. Nós temos, pelo menos, duas universidades focadas

no Programa Mais Médicos. Eu não quero ficar discutindo contrapartida de recurso, eu quero estar discutindo qualificação do nosso sistema assistencial de Saúde com as universidades. Utilizar o potencial de pesquisa, utilizar o potencial de formação para qualificar a nossa mão de obra. Esse é o dado que precisamos trabalhar nessa relação com as universidades.

Modernização e estrutura física da rede municipal de Saúde e promoção da gestão e incorporação das tecnologias em Saúde. Nós estamos vivendo o novo tempo, vamos colocar assim, em termos da utilização de ferramentas. Todo mundo tem um celular. Todo mundo tem um celular e por que não podemos usar o celular para comunicação de consultas, para fazer orientação de programas de Saúde? Está certo? Para usar efetivamente... Tem, Janete. Tem unidades que fazem, mas não de forma organizada e articulada dentro do sistema. É isso que estamos chamando a atenção. Ou seja, implantar o sistema. Nós tivemos em 2023 a aprovação da Telesaúde, muitas pessoas falam Telemedicina, mas o termo correto é Telesaúde. Dentro da lógica da Telesaúde regulamentada hoje pelo Governo Federal e que, inclusive, é base para o PMAE, para o Programa de Mais Acesso a Especialistas. A questão da Telesaúde é fundamental ser estruturada e para isso precisa usar as tecnologias disponíveis para que isso aconteça de forma correta.

Dentro dos processos de trabalho essas são as grandes metas, as grandes questões que temos para desenvolver.

Focos na Gestão. Qualificar os sistemas de informação para análises, disseminação e compartilhamento de dados. Ampliação, adequação e modernização da tecnologia da informação em Saúde para qualificação dos serviços. Implementar tecnologias e ferramentas para gestão pública. Investir na infraestrutura da Secretaria para fazer frente às suas competências. Estruturar o sistema de diagnóstico e fortalecer as linhas do cuidado.

Promover a mudança de cultura organizacional visando à implantação das redes de proteção à Saúde. Isso existe só que precisamos qualificar isso com metas, com indicadores, com resultados muito palpáveis para o conjunto da população.

Modernizar a estrutura e aperfeiçoar os fluxos e processos de trabalho da Secretaria. Implantar a política da gestão do trabalho e fortalecer o papel regulador do Município e qualificar as atividades de regulação, contratualização e monitoramento e avaliação.

O foco econômico e financeiro é buscar financiamento para todas essas ações. Existe 'n' possibilidades para um município do porte de Guarulhos. É inconcebível e aí já respondendo a algumas questões, me parece que Vereador Laércio que falou do CAPS Osório. O CAPS Osório havia um contrato já formalizado há alguns meses para locação sendo pago e não utilizado. O dia que me falaram desse imóvel, logo nos primeiros dias, eu

fiz visitas a alguns imóveis, e para podermos deixa-lo adequado para receber o CAPS Osório precisava gastar 500 mil de reforma. Então, pega o imóvel faz uma benfeitoria de 500 mil reais, valoriza o imóvel do particular para poder trazer um serviço e, mesmo assim, o imóvel não ia ficar de forma adequada. O que fizemos? Devolvemos o imóvel e estamos dentre as opções de espaços públicos tentando viabilizar isso nos próximos 45, 60 dias. Por quê? Porque o Município deu alvará de construção a um determinado empreendimento, é um espaço privado, está lá e precisaríamos desocupar aquele espaço. Então, a nossa meta, Vereador, é em torno de 45 a 60 dias ver resolvido esse problema. Está certo?

Aí, vou responder às questões. Ficou claro que o conjunto das propostas ou proposições, porque estamos trabalhando tudo dentro desse período de 100 dias para estruturar as propostas, de fato, e trazer à tona para vocês.

Dentro do que foi elencado pela Vereadora Janete Pietá... Em cinco minutinhos termino todos os questionamentos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Eu vou abrir a palavra já e o Secretário faz explanação da resposta em conjunto com o pedido dos Vereadores.

– Manifestações em Plenário.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Deixe terminar isso aqui, acho que é mais rápido, Geraldo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Não a resposta, não é?

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – A resposta, mas é coisa rápida.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Está bom.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Por quê? Porque dentro do que apresentei aqui acho que dei resposta à maioria das questões levantadas pela Vereadora Janete Pietá, a algumas específicas que preciso responder, que é o aspecto, por exemplo, do pagamento às OSs e por que não pagou os médicos.

A gente precisa cuidado para não fazer movimento que beneficie exatamente quem você está querendo combater, a má-gestão por parte de determinadas OSs. Por quê? Do meu ponto de vista, se não recebo salário vou reclamar com quem? Com o meu empregador. Certo? Ou eu procuro o sindicato ou procuro a Justiça do Trabalho. No caso das OSs, eles sabem que prestam serviço e a Prefeitura é corresponsável, é solidária e até agora não recebi nenhum médico, nenhuma comissão de médicos para reclamar o não pagamento de salários. Então, não posso considerar que os salários não foram pagos. Eu tenho ouvido e sei que há boatos de que estão

trocando as PJs. Exatamente por quê? Uma das questões iniciais que fizemos foi exigir das OSs o restabelecimento dos serviços que eles haviam suspenso no mês de dezembro, colocado a importância da questão das especialidades e da realização de cirurgias. Não é à toa que estamos no quarto final de semana consecutivo realizando consultas de especialidades e realizando cirurgias.

No último final de semana, não neste, no anterior, realizamos 50 cirurgias no sábado e no domingo, coisas que não se faziam em um mês, em dois meses e nós fizemos em um final de semana. Está certo? Então, estamos exigindo que eles qualifiquem melhor os médicos e que tenham médicos não para fazer atendimento de porta, mas para fazer cirurgia e isso causa certa movimentação entre eles. Se não houve pagamento estamos aguardando que os médicos nos procurem, porque até agora não nos procuraram.

Outra coisa, entender esse mercado hoje de trabalho médico. Os médicos não querem ser concursados, os médicos não querem trabalhar numa relação com a Prefeitura, eles querem trabalhar na relação de PJ porque eles ganham mais com isso. Está certo? Então, na hora de fazer a opção de ser PJ não ouvem a gente, na hora de não receber da PJ aí querem a nossa intervenção de forma pronta. Nós estamos aguardando, a questão, é muito simples, até agora... Eu chego à Secretaria da Saúde às 6h30, 7h da manhã e saio todo dia às 23h, meia noite, e não recebi nenhum profissional, nenhuma comissão reclamando do salário e do pagamento. Mais que isso, eu frequento o HMU dia sim, dia não e o Pimentas, dia sim, dia não, estou indo lá e ninguém me abordou em corredor, pelo contrário, me abordaram no sentido de cumprimentar pelas ações que começamos a fazer. Por exemplo, no Pimentas de exigir a troca de todo mobiliário, de garantir os insumos que não tinha, de garantir os medicamentos que precisava ter. Então, recebi vários cumprimentos por parte de profissionais médicos da discussão que estamos fazendo, inclusive, por exemplo, da necessidade de ampliar leitos de UTI e leitos de UTI pediátrico no Pimentas porque temos um espaço, uma área extraordinária para fazer. Então, queria destacar em relação a isso.

Dentro da questão da Saúde da Mulher e aí respondendo à Vereadora Fernanda. Em nenhum momento, acho que disse que o Programa Saúde da Mulher deve se resumir à carreta. O que fiz aqui foi simplesmente apresentar a foto do programa que estava sendo feito até o dia 31 de dezembro. Eu tenho uma visão muito clara quando fala de trabalhar as redes, de investir na questão da linha de cuidado. A linha de cuidado da mulher não vai passar só pelo Instituto da Mulher, a linha de cuidado da mulher passa pela UBS, passa pela Atenção Especializada e passa pela Atenção Hospitalar. Está certo? Daí a importância de a gente entender o que está colocado por trás e o que está sendo financiado pela Rede Aline, que é exatamente para combatermos a questão da mortalidade materna, da mortalidade infantil e trabalhar os outros aspectos que afetam à saúde da mulher como, por exemplo, o câncer de mama e o câncer de útero. Então, são situações que

precisamos aprofundar e discutir de forma muito clara e de forma muito objetiva.

Com relação também, especificamente ao que Vereadora Janete levanta e que acho que foge deste plano de trabalho especificamente, embora tenha destacado a importância das parcerias com as entidades do terceiro setor ou com as entidades filantrópicas. A Constituição Federal entre o 196 e o 200, especificamente no 199 é muito claro: Você pode se valer da participação privada do Sistema Único de Saúde dando preferência, prioridade às entidades filantrópicas.

Não é à toa que na transição, ainda no mês de dezembro, visitei o JJM e visitei o Stella Maris. Para mim é inconcebível ter um hospital filantrópico, reduzir os leitos e dizer que a OS vai atender, enquanto a OS não está atendendo. Isso foi feito tanto com o JJM quanto com o Stella Maris. Por isso que tem uma pressão danada no HMU. Está certo? E o pior, na lógica do financiamento, o que você está fazendo no hospital público com as OSs, por exemplo, a Tabela SUS Paulista não remunera. Então, estamos perdendo capacidade de financiamento inclusive, e você poderia potencializar duas instituições que tem história, que tem histórico na Cidade, tem legitimidade. Não vou entrar no mérito da qualidade porque não conheço efetivamente os serviços prestados, estou apenas analisando números e estratégias. A estratégia é fortalecer essa relação com as instituições filantrópicas, sobretudo aquela que é 100 por cento SUS e está referenciada, inclusive perante ao Ministério como referência para a parte de alto risco, a outra está referenciada no Ministério como a única instituição hospitalar habilitada de alta complexidade, que faz cirurgias cardíacas ou atendimento cardíaco, que é o Stella Maris. Então, tenho que potencializar essa relação. Está certo? Isso, a gente precisa ter muita clareza. Não é com subvenção social que você fortalece essa relação e fortalece o SUS, você fortalece o SUS com a remuneração e com a contraprestação dos serviços para o cidadão. É nessa lógica que precisamos construir a relação com as entidades filantrópicas da Cidade.

Vereadora Carlinda, eu concordo em gênero, número e grau com os aspectos que precisamos investir na questão das cirurgias ortopédicas e da saúde bucal. Causou estranheza esse relato da questão do autismo que a recomendação foi extrair dentes. Quer dizer, é aquela discussão que fazemos: há profissionais e há profissionais. A gente tem que valorizar os bons profissionais e entender porque determinadas pessoas não tem o compromisso necessário de entender a política, de entender a missão da política de Saúde para determinadas questões.

Com relação à questão do autismo, que alguém também fez o levantamento ou a pergunta, acho que a própria Vereadora Janete e o Vereador Guto. Com relação à questão do autismo temos que entender que a questão deverá ser enfrentada de forma transversal. Está certo? Hoje o que mais pega na questão da relação com o autismo não é o aspecto da saúde, é

o aspecto educacional. Então, dentro da estratégia do Programa de Governo do Prefeito Lucas, a Educação, juntamente com a Saúde e outras áreas, vai capitanear esse debate com a Cultura, com o Esporte e vamos estruturar um bom programa voltado para o enfrentamento da questão do autismo no Município de Guarulhos. O centro de referência que consta no Programa de Governo do Prefeito Lucas está focado na área educacional, obviamente com a participação dentro de uma discussão transversal da política de Saúde, Assistência Social, Cultura e Esportes. Está bem?

Rapidamente aqui para o Vereador Alemão, a nossa expectativa, Vereador, é fazer o melhor e o máximo para a Cidade de Guarulhos. Está certo? Eu não sou cidadão guarulhense, como todo mundo sabe, não sou nascido aqui, mas venho com bastante entusiasmo para poder realizar um bom trabalho até porque acredito e acho que a Cidade de Guarulhos é bastante abençoada e aberta à participação de pessoas de outros lugares. A força de Guarulhos se deve ao conjunto de nordestinos que se deslocaram para vir tentar a vida aqui, de outras pessoas que vêm do interior do Estado, de empresas que estavam em outros lugares e migraram para cá. Então, dentro desse conceito acreditamos que podemos dar a nossa participação.

Eu não fiz uma apresentação, mas eu estou há 35 anos atuando com a administração pública. Já tive a honra de ser Vereador na minha cidade Mauá, tive a honra de ser vice-prefeito por dois mandatos, de servir com voto eletivo, mas venho me aprimorando do ponto de vista técnico com a administração pública. Já fui Secretário de Administração e Finanças, já fui Secretário de Mobilidade Urbana, já fui Secretário da área de Saneamento e tenho me especializado na área de Saúde, esta é a quinta vez ou o quinto mandato que assumo como Secretário de Saúde. Fui Secretário de Saúde em Santo André, em Mauá, no Guarujá e agora aqui em Guarulhos. Então, a gente quer dar a nossa contribuição da melhor forma possível e esta é a nossa expectativa. Está certo?

Respondendo à questão da UBS Bananal e também respondendo ao Vereador Guto da UBS Acácio. Estamos preparando um plano de obras e de intervenções em todas as UBSs. O que não vamos fazer em hipótese alguma? É fazer benfeitorias e melhorias em imóveis locados que pertencem a terceiros. Então, o que temos que fazer? Pegar esse volume de recursos e investir em espaços próprios. Obviamente que se “caiu o telhado”, “caiu o teto”, a gente vai lá e vamos ter corrigir, vamos ter que resolver. Mas a tendência é o Prefeito Lucas me pediu bastante atenção em relação a isso, ele quer que a gente coloque as 69 UBSs em espaços adequados. Está certo? Por exemplo, a unidade Cecap, que é uma unidade bastante utilizada pela população, está em uma região central, é um imóvel próprio, ali cabe imediatamente uma reforma. Por quê? Porque o pessoal está com medo do teto desabar na sua cabeça. Então, a gente precisa ter essa sensibilidade para fazer as coisas mais urgentes. Como nós não tivemos uma transição

adequada a gente começou a fazer as coisas a partir do dia 2 de janeiro, então, nós estamos concluindo o levantamento, vendo o que tem projeto, o que não tem projeto, e eu espero, ao final desses 100 dias, que é o tempo em que a gente trabalha como transição, poder vir apresentar para a Câmara. Vale lembrar que a gente não está com o orçamento feito por nós, é um orçamento herdado.

Então, a gente pretende apresentar já para o processo de LDO ou para o projeto de Plano Plurianual um pacote de obras para que durante os quatro anos a gente resolva essa questão dos imóveis inadequados, e um plano para as novas obras em termos de novas UBSs para suprir os vazios, se a gente quiser ampliar a estratégia de saúde da família, hoje, você tem unidade em que para o paciente entrar o agente comunitário tem que sair, para entrar no consultório, o médico tem que ficar na porta. Então, não dá para a gente pensar em ampliação e melhoria da qualidade, por exemplo, do atendimento em atenção primária.

A Vereadora falou do PAC, o Governo Federal está reeditando agora, no ano passado, ele fez o PAC 1 para a saúde e vai reeditar agora, pelo menos esse foi o anúncio feito na quarta-feira.

Guarulhos apresentou quatro obras, quando a gente tinha pelo menos 39 para ser apresentada em termos de construção de novas UBSs. Então, agora pretende apresentar e, quem sabe, contar com a priorização por parte do Governo Federal para a Cidade que está incrustada na região metropolitana com um milhão e 300 mil habitantes e que precisa ter um sistema de saúde adequado.

Assim como para o PMAE, nós estamos refazendo tudo que foi apresentado até 19 de dezembro. Por quê? Não dá para apresentar uma demanda de 12 milhões de reais quando você tem 500 mil procedimentos na fila. Então, essa é uma situação que a gente está procurando equacionar.

O Vereador Guto levantou a questão do Pacto pela Saúde e acho que esse é o grande movimento que a gente precisa fazer, porque – como eu disse – não é política partidária, não é política de um governo, é política de Estado e é uma política permanente; e, mais um dado importante para a população de Guarulhos. Qual é a visão que você tem de Guarulhos quando você está de fora? Que Guarulhos é autossuficiente, que Guarulhos tem muito dinheiro, que a Prefeitura tem muito recurso, tem um orçamento bilionário e que as coisas se resolvem dentro de Guarulhos, só que aí quando a gente vai pegar outro dado que é o perfil seguinte: quantas pessoas têm convênio médico em Guarulhos? Quantas famílias? Vamos lá na ANS, 23 por cento. Isso nos dá qual resultado? Setenta e sete por cento da população é dependente SUS. Setenta e sete por cento das famílias de Guarulhos são dependentes SUS. E aí vamos pegar o orçamento. “Ah, o orçamento de Guarulhos é um orçamento bilionário”. Você tem, na projeção, se eu pegar o dado atualizado do terceiro quadrimestre, era um bilhão, 777 foram

executados, na prática, um bilhão e 400. Quanto nós temos de orçamento para este ano? Um bilhão e 300.

Qual é o tamanho da nossa população? Um milhão, 291 mil habitantes, segundo o IBGE, em 2022. Um bilhão e 300 dividido por um, 291, dá quanto? Mil reais, per capita, por ano. Por ano.

Se a gente pegar qualquer pessoa aqui que tem convênio médico, você não paga menos que dois mil reais, per capita, por mês. Por um plano privado, e não é um plano lá muito...Certo? Então, é uma realidade que a gente precisa entender, trabalhar. Por isso, que não há margem para desperdício de recursos. Por isso que não há margem para fazer as coisas improvisando.

Nós temos que fazer um planejamento adequado e, de forma profissional, fazer a gestão da política de saúde no Município.

Algumas questões levantadas sobre tratamento odontológico, sobre a RAPS, tudo isso a gente tem que considerar dentro de um plano de saúde, que nós vamos ter que debater exaustivamente. Daí a importância dos profissionais de saúde fazerem parte do Conselho Municipal de Saúde, dos usuários fazerem parte do Conselho Municipal de Saúde.

Nós vamos chamar uma Conferência Municipal de Saúde para a gente tratar de todas essas questões. Está certo? Por quê? Porque não existe SUS sem controle social.

Não existe SUS sem as pessoas que diretamente são atendidas, participando e ser protagonista da linha de cuidado que está colocada. Está certo? Então, esse é o grande debate que acho que nós temos que fazer e que o Poder Legislativo permeia isso por quê? Porque é o Poder Legislativo que vota os grandes instrumentos, as grandes ferramentas de gestão, a LDO, o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual. E isso tem que ter aderência com o Plano Municipal de Saúde votado e deliberado em uma Conferência de Saúde. Está certo? Então, é fundamental essa participação dos cidadãos.

E, para concluir mesmo, com relação... Anotei aqui. Ah, as fraldas geriátricas que foram levantadas, ou as fraldas, o problema de fralda. Quando a gente precisa conceituar algumas coisas, por exemplo, eu me deparei com um contrato altíssimo de fraldas. Está certo? Só que a gente tem que entender que as fraldas, no ponto de vista de fornecimento pela saúde, têm que estar relacionadas ao problema de saúde. A fralda fornecida com um cunho de assistência social por falta de renda da pessoa, ela não pode estar colocada no câmpulo da saúde. Está certo? E, infelizmente, hoje, está. Então, a gente precisa entender isso de forma objetiva.

Não é cortar, não é deixar de fornecer. É entender que isso não é uma questão de saúde pública. Está certo? Por quê? Porque, senão, a

gente canaliza os recursos da saúde por uma questão que não é efetivamente saúde. Está certo? Então, é um debate que acho que é importante.

E, só para deixar claro para os senhores o seguinte, questão de médicos. Novembro e dezembro foi falado muito da falta ou da ausência de 300 médicos. Aí foi feito um processo licitatório via pregão eletrônico. E, se houvesse um interesse efetivo em resolver a questão da ausência de profissionais médicos na rede, teria feito um pregão para um ano. Não. Fizeram um pregão de meio bilhão de reais, de 500 milhões de reais para cinco anos. Caiu no Tribunal de Contas. O que aconteceu? Suspenso. Esse pregão continua suspenso.

Outra coisa. Aí, quando o Tribunal o suspendeu, tentaram fazer, no apagar das luzes da gestão, um contrato emergencial, que ele não se concluiu. Está certo? Então, não adianta a oposição, ou quem quer que seja, chegar e falar assim, o Prefeito Lucas, o Secretário, precisava fazer um contrato emergencial para resolver o problema do médico. Contrato emergencial não se faz assim. Contrato emergencial se faz em caso de calamidade pública. Nós estamos em calamidade pública? Não. Não existe nenhum decreto dizendo que a Cidade está em calamidade pública.

Outra coisa. Quando se fala: “Ah, deve fazer”. “Ah, por que não faz um contrato emergencial para a questão dos médicos?” Para, imediatamente, no momento seguinte, falar: “Está vendo? O Prefeito e o Secretário fizeram um processo sem licitação”.

Aí, a crítica é outra. A crítica não vai ser que estamos resolvendo o problema dos médicos. A crítica vai ser que estamos contratando sem licitação. Então, o que estamos aguardando? Para deixar bem claro. Nós encaminhamos as observações para o Tribunal de Contas, estamos aguardando o julgamento do Tribunal de Contas com relação ao processo, está certo? Para que possamos fazer a contratação da melhor forma possível. O que nós fizemos de forma precária, vamos colocar assim? Nós verificamos os limites dentro dos contratos de gestão e repusemos os médicos para atenção primária e parte para atenção especializada, como é o caso do CTA. Está certo? Então, foi isso que nós fizemos nesses 30 e poucos dias para tentar equacionar.

Além disso, Cemeg Pimentas, Cumbica/Pimentas. No Cemeg Cumbica Pimentas – só para vocês entenderem – foi feito um contrato emergencial com uma OS por seis meses. Esse contrato venceu, não conseguiram licitar. Ficaram 18 meses pagando o indenizatório. E, no último mês, resolvem não pagar mais, porque havia medo do futuro Prefeito não querer pagar. E aí desmontou o Cemeg.

O Cemeg não tem um único funcionário. Quando nós assumimos, a gente iria para uma medida paliativa, que era fazer um ajuntamento de profissionais que nós temos em outros Cemegs e profissionais médicos e atender parcialmente o que deveria ser lá. Só que aí nos

deparamos com alguns problemas estruturais. Então, aproveitamos nos próximos 60 dias, o Cemeg ficará em reforma, até a gente equacionar o problema de contratação de profissionais e de médicos. Falando de forma muito clara e transparente para vocês. Então, não adianta a pressão. “Ah! O Cemeg Pimentas tem que contratar emergencial”. Não vamos fazer contratação emergencial. A questão emergencial a gente vai tratar, se houver de fato um colapso do sistema. Coisa que nós, ao longo desses 48 dias, estamos procurando evitar qualquer tipo de colapso. Acho que, usando os termos da saúde, nós estamos estabilizando o paciente, que é o sistema de saúde como um todo. Então, ele está estabilizado. Agora, a partir de agora, nós vamos começar a fazer uma gestão efetiva e garantir qualidade e atendimento para todos. Desculpa, vereador, pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Não, a explanação do senhor, Secretário, foi muito importante.

Acho que é uma das melhores audiências públicas da saúde que nós já tivemos aqui na Câmara Municipal.

– Manifestações no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – E parabéns por essa explanação. Nós temos aqui inscritos o Graco Neves, o Tadeu Fernando, José Roberto Brisighello, Maria Divina, Felipe e, por último, Ana Paula.

Eu pediria o seguinte, devido ao avançar do horário, nós temos Sessão da Câmara logo mais. Se alguém se sentiu contemplado com a explanação do Secretário, abra mão da palavra, se possível. Ninguém está obrigando vocês a não usarem a palavra. É importante. Mas, se, se sentiu contemplado, a gente pediria a colaboração de todos.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Por favor. O nome completo para sair na ata. Está bom.

O SR. TADEU FERNANDO BLANCO – Mediante o que ouvi tudo do... Meu nome é Tadeu Fernando Blanco, sou da Vila Augusta, sou professor. Já lectionei Direito. Sou irmão dele, ele é igreja, como o Márcio fala, que ele é igreja, ele falou lá na Secretaria de Saúde.

Estou muito contemplado com o senhor. Foram cinco Secretários e eu estou morrendo de alegria pelo conhecimento que o senhor tem. Porque os cinco, desculpe, não ajudaram. A nossa saúde clama aqui, Secretário, desespero. Mas eu vou ser colaborativo com o Geraldo.

Geraldo, mediante o que nós ouvimos aqui, com o conhecimento técnico que este homem tem e vem trazer para Guarulhos, eu não sei quem ele é, mas tem um conhecimento técnico. Eu, como professor, já fui professor na Uninove de Finanças. O senhor está de parabéns! Maravilha!

Então, é claro e evidente, senhores Vereadores, o Guto, a Janete, o Laércio, nós precisamos, sim, de uma CEI da saúde, Delegado Mesquita, e saber o que aconteceu. Porque foi como o Doutor Laércio falou, podem não ter roubado, mas o Secretário falou na Secretaria de Saúde que má gestão também é incompetência. Vai dinheiro pelo ralo ou eu estou errado? É isso.

Secretário, uma pergunta: O negócio é o seguinte, mediante tudo isso que o senhor apresentou para nós, o senhor já foi um vereador, já foi vice-prefeito, já passou pelos pensamentos populares da esquerda, eu gostaria de propor para o senhor, como franciscano, ver se consegue fazer não só a Conferência da Saúde, mas de um outro quadro, – não é, Janete? – a saúde participativa.

Seria tão bom a população poder dar a opinião, falar o que ela realmente quer, nós, que usamos SUS, porque muita gente fica ligado à saúde pública, mas quando dói mesmo vai à Unimed, vai dar um jeito. Mas nós não.

E eu fico preocupado também, Secretário, vou ser rápido agora para encerrar, a doença que eu sou lutador, eu já falei para o senhor, das doenças dos homens, a próstata é muito séria, eu sou doente da próstata, tenho problema de divertículo da bexiga, então é muito difícil. E nós não temos urologista aqui. Secretário, há seis anos que eu espero a minha RTU aqui em Guarulhos. Também estou no CROSS, acho que eles esqueceram de mim. Muito obrigado a todos.

Acho que nós devemos ser sensíveis sim à população. Geraldo, Laércio, Guto, Carlinda, eu conto com vocês, vamos para cima sim, a gente tem que saber o que a antiga gestão fez com esse dinheiro. E todos devem ser punidos, até os que fiscalizavam e esqueceram de fiscalizar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Obrigado, Tadeu. O Graco Neves, por favor.

O SR. GRACO NEVES – Cumprimento o líder de governo, Geraldo Celestino, cumprimento a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, que tanto luta...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Só um minutinho, Graco, anunciar a presença do Vereador Rafa Marques, que está aqui presente, e também do Vereador Gustavo Mesquita. Chegou mais algum Vereador? O Vereador Kleber também presente. Obrigado, Vereadores.

Por favor, Graco.

O SR. GRACO NEVES – Com imenso prazer, cumprimento o Secretário Márcio, Secretário da Saúde, e dizer que parabéns essa aula de saúde SUS que o senhor deu aqui. E do mesmo jeito que o senhor veio de fora para trabalhar aqui em Guarulhos eu também vim.

Eu nasci em Marília, fiz faculdade de Odontologia em Presidente Prudente e cheguei aqui em 1989. Estou até hoje aqui prestando serviço para essa Cidade. E espero que o senhor fique muitos e muitos anos aqui.

Trago o abraço e o desejo de sucesso da sua administração na Secretaria de Saúde, do Presidente do Conselho Federal de Odontologia, Cláudio Miyake, do Presidente do Conselho Regional de Odontologia, Kairalla, da Presidente da Associação dos Profissionais da Odontologia, dos funcionários profissionais da Odontologia da Prefeitura de Guarulhos, Doutora Ana Paula.

Gostaria de relatar que a Saúde Bucal de Guarulhos deixa a desejar há muitos anos. Isso não vem de agora, vem de muitos anos.

Nós, enquanto Associação dos Profissionais da Odontologia, fizemos e lutamos muito, junto com o Conselho Municipal, junto com o Fórum de Saúde, lutamos muito para que a gente amenizasse a Saúde Bucal de Guarulhos.

Temos que entender também que a Saúde Bucal é o ponto inicial da prevenção de saúde geral. Quando se fala em Saúde Bucal, a maioria das pessoas pensa só em relação à boca. A Saúde Bucal é relação corpo. A prevenção em saúde geral começa na Saúde Bucal. Há anos eu trabalho nos PSEs, no Programa Escolar de Saúde Bucal, fazendo justamente isso, a prevenção de saúde geral.

Lá, eu ensino a escovação de dente, lá, eu oriento como as pessoas têm que fazer a higienização bucal, lá, eu oriento como as pessoas têm que fazer a prevenção antes das refeições, lá, eu oriento os pais e os professores que, através da Saúde Bucal, dentro das escolas, nós vamos amenizar os prontos-socorros. É isso que nós precisamos entender que a Saúde Bucal faz. A Saúde Bucal é o início de uma boa saúde em todas as áreas da Medicina.

Nós, aqui dentro da Secretaria de Saúde, somos cirurgiões dentistas. Nós somos aqueles que fazem cirurgias diariamente dentro das UBSs. O que nós precisamos entender, em todas as situações aqui da Secretaria de Saúde, que hoje nós precisamos fazer um foco ao SUS. Quando o senhor falou, relatou, que nós temos SUS dependentes, 77% da população, certo? O senhor imagina a responsabilidade que o senhor vai ter. Mas vejo a coerência, o entendimento e a sua simpatia com o SUS, independente de qual governo seja na situação que está. Nós temos que entender que é isso. Hoje, nós temos que fazer políticas públicas governamentais, políticas públicas que resolvam o problema da saúde, não políticas partidárias. Não é carimbando as pessoas por um partido ou outro.

Infelizmente, Secretário, oito anos atrás, nós tivemos o início de um governo que aqui, se não fosse do governo com eles, não fazia parte do governo. Ele era carimbado, fez parte do governo e nós tivemos aqui

o maior cúmplice. O senhor está encontrando hoje, na Secretaria de Saúde, essa calamidade aqui, porque o início desse governo anterior, eles, todas as pessoas que tinham a memória administrativa, todas as pessoas que tinham o conhecimento da administração, foram sacrificadas e tiraram do governo.

E parabenizo o senhor, Secretário. O senhor veio aqui, entrou, completaram os seis dias, o senhor está tirando uma fotografia de todos. Não pegou um servidor público ou outro, por ser de outro partido ou de outro, e não está relatando assim perseguição.

O senhor está tendo conhecimento do que, pela fala do senhor que tem aqui, de tudo o que tem na cidade. E eu tenho certeza absoluta de que, em cima da fala do senhor, nós vamos ter uma boa gestão e vai ser feito uma saúde pública que faltava há muito tempo nesta cidade. Está concluído?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Para concluir, por favor.

O SR. GRACO NEVES – E peço a todos os vereadores aqui presentes – uma fala muito importante, uma fala em relação às fiscalizações nas repartições públicas da saúde. Quando vocês entrarem dentro de um hospital, quando vocês entrarem dentro de uma UBS, entendam que todos que estão ali estão em situações de extrema tensão, porque na saúde, a gente está cuidando de pessoas e de vidas. E tenham respeito com os profissionais, tenham respeito com os usuários da saúde pública. Jamais nós, servidores públicos, vamos ser contra a fiscalização. Fiscalizem! Vocês têm a comissão de saúde para fazer o relato dos problemas que estão acontecendo dentro da repartição pública de saúde, e trazer aqui na comissão para que seja feito uma análise para a melhoria da saúde.

Obrigado a todos. Parabéns aí pela apresentação mais uma vez e parabéns à comissão. E parabéns a todos os usuários que estão aqui presentes, que tiveram essa aula de saúde pública. E viva o SUS!

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Obrigado, Graco

José Roberto Brisighello. José Roberto, por favor. Só para o pessoal da equipe da Câmara dar uma diminuída no ar-condicionado. Aumentar a temperatura. Se diminuir, vai esfriar mais. Aumentar a temperatura um pouco. Por favor.

O SR. JOSÉ ROBERTO BRISIGHELLO – Bom dia a todos. Secretário, tem algumas coisas aqui. A primeira coisa, quando o senhor fala no aumento de mortes de crianças, isso é preocupante principalmente por um fato, secretário, é que nós temos uma coisa com relação ao Ministério da Saúde, redução de mortes de crianças, etc., redução de mortes. E se está grande, nós vamos ser penalizados com relação ao Ministério da Saúde, com relação a isso. Isso é preocupante. Uma outra coisa, secretário, quando o

senhor fala remédios, 45 milhões, pagou 42 milhões, ficou um débito de três milhões de reais. Quando o senhor fala também em judicialização, nove milhões, 270, pagou sete milhões e meio, ficou um milhão, 770 a pagar. Isso é uma coisa.

Secretário, também o senhor fala, o senhor falou, cumprimento, o que eu falei aqui, na sessão da Câmara, no início da Câmara. Na sessão da Câmara. O senhor reforçou o que eu falei aqui, nós precisamos investir mais na atenção básica, investir mais na atenção básica. O senhor reforçou o que eu falei aqui.

E outra coisa, secretário: Nós não temos só as UBSs. Nós temos também o Cerest, nós estamos locados e temos uma verba lá para a sede própria do Cerest. E nós temos, secretário, no Estado do Paraná, o sistema de regulação deles, qualquer cidadão consegue acessar. Tem um sistema dentro da regulação que ele consegue acessar o sistema. Sem precisar ir aos canais, ele tem, dentro do sistema da Secretaria do Estado, da Secretaria Municipal, tem um sistema que ele consegue acessar. Seria isso, secretário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Obrigado, José Roberto.

Maria Divina.

A SRA. MARIA DIVINA – Bom dia. Quero cumprimentar a todos os parlamentares em nome do vereador Geraldo, a todos os servidores da saúde, de profissionais da saúde da cidade, em nome do secretário, a todos os usuários e conselheiros municipais, em nome da Zélia Brito

Eu já fui contemplada, Geraldo, mas eu vou fazer um questionamento, que o meu amigo chegou depois e ele não teve voz porque já tinha encerrado as inscrições. Diante de tudo o que o secretário falou, seria interessante criar um plano de carreira, cargo e salário, promover novos concursos públicos, incentivar a fixação dos profissionais de saúde na cidade. Compreendo que é necessário romper as más práticas do passado, de contratação emergencial e reiterados aditivos. É necessário firmar novos chamamentos para contratação de OSs; ao fazer pagamento, aferir as guias de recolhimento do INSS. Contratar um sistema de gestão de saúde eficiente que dialogue com a Secretaria Estadual e o Ministério da Saúde. Na questão patrimonial, é necessário providenciar um contrato guarda-chuva a fim de manter os prédios sempre funcionando com eficiência.

Eu quero fazer uma provocação aqui para esta Casa, porque, como eu assisti à explanação do secretário na quinta-feira, na Secretaria de Saúde, ele acabou de confirmar aqui novamente, que pelo menos mais de 30 unidades de saúde, se realmente nós tivéssemos um serviço de fiscalização e vigilância, elas já estariam fechadas. Praticamente 30 unidades não estariam atendendo ninguém. E onde estavam pelo menos 20

parlamentares desta Casa que foram reeleitos, que durante todo esse período, não fizeram essa fiscalização nessas unidades?

O que acontece hoje, que os vereadores citaram aqui, não são só duas ou três unidades que passam por essa situação na cidade, que é onde fica o médico ou fica o paciente, sem contar que toda mulher que vai ao consultório, ela vai passar com o médico, ela tem o direito de estar acompanhada, é lei, é direito dela. Ela não pode entrar no consultório, se ela quiser, sozinha, ela tem que entrar acompanhada. E onde é que fica toda essa prática? Nós não temos. Então, se for para citar números de UBS aqui, nós temos Novo Recreio, Recreio São Jorge, Cabo Sul, Água Azul, nós temos várias outras situações. Então fica aqui uma provocação para que realmente agora esse secretário – porque eu admiro muito e quero lhe agradecer, porque é o primeiro secretário de saúde que vem e apresenta, ele apresenta, não coloca os diretores para apresentar as pessoas técnicas. Ele está dando a cara dele, estudou a cidade, viu o que está acontecendo e está apresentando propostas.

Então, em conjunto com esta Casa que seja feito esse mandato de fiscalização e cobrança e também busca de recursos para melhorias na cidade. É isso que eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Obrigado, Maria Divina. Agora o Felipe Talismã.

O SR. FELIPE TALISMÃ – Bom dia, senhores, presidente, secretário, na pessoa do SAE Cruz, estou aqui representando o SAE Cruz, trazer uma falha que houve desde outubro até agora na falta de infectologista. Eu sou usuário do sistema, lá está precário, precisa de uma visita urgente, tem parlamentares fazendo arruaça nas portas dos hospitais, mas com agressões de palavras, mas sem decência. Você entendeu? Colocando para fora os abusivos.

Então eu, Felipe Talismã, em nome do SAE Carlos Cruz, peço a atenção dos parlamentares aqui presentes, para que haja bom senso por partes dos parlamentares quando vão fazer a fiscalização, que compete ao conselho gestor municipal e ao conselho gestor do equipamento fazer a presença ao gestor comunicativo da gestão municipal. Então eu, Felipe Talismã, estou trazendo aqui uma situação que houve; na sexta-feira, um paciente trazido do Alto Tietê, chamada Cidade Santa Isabel, chegou ao equipamento SAE Carlos Cruz sem ter médico presente ali, sem ter infectologista, consulta marcada, gravíssimo, carregado numa maca e voltou para casa sem atendimento.

Então eu peço, por gentileza, sei que o senhor secretário já se colocou de prontidão a visitar o sistema lá, que haja uma atenção básica, traga médico para o SAE Carlos Cruz, já foi falado aqui pela parlamentar Janete Pietá sobre o CTA. Então vejamos, gente, somos pessoas que

vivemos, mas queremos também saúde. E viva o SUS! Eu, Felipe Talismã, fico por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Obrigado, Felipe.

Agora para encerrar essa parte da audiência, Ana Paula Gomes.

A SRA. ANA PAULA GOMES – Não sei se é bom dia ou boa tarde a todos e todas. Agradecer ao secretário e sua equipe que veio do Alto Tietê para colaborar na nossa cidade, com muito orgulho.

A atuação de vocês com relação à saúde já está tendo alguns reflexos. E agradecer também ao Conselho Municipal de Saúde, na pessoa da presidente; os conselheiros, que é um conselho sério, atuante e que colabora com as questões da saúde preventiva nessa cidade. Então, eu tenho algumas perguntas, eu já fiz para o secretário, mas gostaria de pedir também a colaboração dos parlamentares que se fazem presentes nesta Casa.

É sobre o nosso plano de cargos, carreiras e salário, que está há muito tempo parado, travado, não sei o que acontece, e nós precisamos saber. Nós somos servidores e servidoras da saúde lá da ponta. E eu tenho muito orgulho de ser agente do comunitário de saúde, porque ninguém sabe, conhece o território e faz promoção e prevenção à saúde como nós.

Eu queria dizer também um fato muito triste que acontece, sim, e eu não tenho medo de falar, e aqui é o espaço democrático que nós todos temos que falar. Ainda acontecem na nossa cidade muitos casos de assédio moral. Tem muitos trabalhadores e trabalhadoras trabalhando, doentes, e não tem essa linha de cuidado para nós.

Eu sei que existe, na Secretaria de Saúde, um departamento chamado nursh (?), que deveria ser descentralizado, porque eu sei que não contempla a todos os trabalhadores e trabalhadoras, haja vista que são quatro regiões de saúde, região 1, 2, 3 e 4. E a maior, e com muitos problemas que o senhor já sabe e vai conhecer, é a região 4, onde eu trabalho há 15 anos.

Quero também fazer uma pergunta para os vereadores que estão aqui, porque, segundo informações colhidas, precisa ser feito um PL. É o IFA, é o Incentivo Financeiro Adicional, é uma verba que vem exclusivamente para os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias; e, até hoje, nós não recebemos essa verba. Segundo informações colhidas, essa verba está sendo utilizada para custeio, e não pode! Essa verba, o governo federal deixa muito claro, é para os ACS e para os ACEs.

Quero também falar sobre o prédio do Normandia, onde eu trabalho. Aquele prédio é insalubre, é um prédio locado. Há mais de 20 anos estamos ali, ali tem muitas escadas, não tem acessibilidade. Quando chove alaga, temos que ajudar as meninas da limpeza a limpar. É uma tragédia anunciada. Sei que é uma região muito grande, com muitos problemas, mas precisa ter... Do lado do posto tem um terreno particular. Não sei como são os trâmites legais para fazer isso, mas tem que fazer essa troca. Paga-se um aluguel muito caro para um lugar cheio de mofo, cheio de rachaduras. A nossa sala, quando está calor, como agora nesse momento no verão, chega a 40 graus. Já medimos.

Como podemos falar de transformação, de prevenção à saúde se não cuida dos trabalhadores e trabalhadoras que sofrem há muito tempo nessa cidade, com tudo que acontece; esse caos? Estamos vivendo um processo de pós-pandemia. Dengue, e muitas outras coisas, febre amarela, que a gente enfrenta no território.

Qualquer assunto, qualquer pauta que puder convocar, ou falar com os agentes comunitários de saúde, com os agentes de combate às endemias, estamos preparados para discutir também. Com todo respeito aos meus colegas técnicos, mas também temos direito de participar dessas negociações e usar, utilizar esses espaços para falar sobre isso.

Muito obrigada ao secretário e a toda sua equipe que veio do Alto Tietê. É um prazer recebê-los aqui. E o que precisar de nós, conte conosco. Muito obrigada a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Obrigada, Ana Paula. Quanto à questão do projeto de lei que você colocou, Ana Paula, tem que partir do Executivo, tá? O vereador não pode apresentar esse projeto, que gera nem recita e nem despesas. É competência do Executivo, do prefeito.

Por favor, secretário. O senhor tem 20 minutos de prazo. Perdão, Zélia; desculpa, Zélia.

A SRA. MARIA ZÉLIA BRITO DE SOUSA – Bom dia a todos e todas. Nós não almoçamos ainda, por isso que ainda é bom dia. Mas eu quero cumprimentar todos que estão em casa acompanhando essa audiência pública. E todo mundo deve ter levantado a mão assim como eu fiz. É um símbolo da Libra que se chama bater palma. Na pessoa dos vereadores novos que acabaram de ingressar nesta Casa, eu cumprimento a todos eleitos, independente de qual mandato. A cidade escolheu. Então, eu cumprimento todos. Também quero cumprimentar as conselheiras e os conselheiros municipais de saúde, dos conselheiros gestores desta cidade, de quase todos os equipamentos. Mas, olha, na quinta-feira, eu disse ao secretário, eu tive que conduzir os trabalhos e não fiz muita pergunta para ele, não. E eu disse a ele o seguinte: Secretário, o senhor é muito corajoso. Para chegar, como foi colocado, que é de outra cidade, que não conhece aquilo, aquilo, mas tem um currículo. Essa é a parte mais importante, coisa que nós

vimos muito pouco dos secretários aqui, nesta Casa, em todas as participações que nós tivemos fazendo prestação de contas e assim por diante. Então, secretário, o senhor é muito corajoso. E é corajoso porque tem conhecimento. Tem conhecimento de causa e não tem medo do debate. É isso que é a parte mais importante aqui para a nossa cidade. É o debate.

O secretário protocolou para nós o documento que ele apresentou no conselho, coisa que nós passamos a vida toda pedindo planejamento estratégico. Qual era o planejamento estratégico daquela secretaria? E faço aqui um apelo ao prefeito desta cidade, que pense para não ficarmos trocando secretário a cada três meses, porque isso não dá norte para quem está lá na ponta, atendendo e atendido. Fica muito difícil. Esse foi um dos grandes prejuízos que a cidade teve quando teve essas trocas e que a gente não entendia por que se trocava todo dia.

Eu ainda quero colocar o secretário. Quero aqui colocar sobre a equipe que tem acolhido o Conselho Municipal, tem dialogado muito com o Conselho Municipal de Saúde. Estivemos já em reunião com o secretário e teremos outras. Mas eu não preciso aqui, gente, colocar nem o relatório do Tribunal de Contas da União, fora o Tribunal daqui do Estado. Mas eu vou pegar o da União, porque encerra uma gestão começa outra e o secretário colocou muito bem sobre o diagnóstico. Os potenciais riscos apresentados pelo relatório podem comprometer a eficiência, a qualidade e a sustentabilidade do sistema de saúde. Entre eles estão falhas na definição das necessidades da população, na definição do perfil do hospital, na pactuação de fluxos entre os entes federados, na definição da abrangência territorial do hospital, no bom funcionamento do sistema de regulação para garantia de acesso na formulação dos contratos, incluindo suas metas e indicadores como foram na fiscalização de sua execução.

Vai ser a primeira vez que não vou pedir tempo para quem está na Mesa coordenando os trabalhos. Por que não vou pedir, gente? Porque não tem necessidade, o Secretário apresentou um diagnóstico da Cidade, que deveria ser debatido com todo mundo, inclusive da Casa, mas entendo o espaço político que é a Casa Parlamentar. Mas todo mundo tem ciência.

E temos agora... Deixa ver quem falou, o Guto falou sobre o pacto. Agora é a hora do pacto desta Cidade retomar, pelo menos neste primeiro ano, como o Secretário fez com muita transparência na apresentação no Conselho e aqui para toda a Cidade. Também, isso, gente, será encaminhado para o Tribunal e todo mundo vai ter ciência de como estava o nosso SUS. Temos o dinheiro, apresenta que gastou 23 por cento, mas não tivemos a sensação de Saúde nesta Cidade. Este último quadrimestre é um dos piores anos que a Cidade já viveu! E estou na Cidade há muito tempo, é um dos piores anos, seja ele para o usuário, seja para os trabalhadores que têm que ficar se virando nos "30" lá na ponta, seja para a própria gestão. Nós

perdemos o nosso viso, a nossa viscosidade, a nossa beleza da Cidade de ser uma cidade com muitas práticas.

Nós ganhamos, Secretário, um Prêmio Davi Capistrano num passado recente e vamos perdendo as expectativas, isso é muito ruim para o servidor público que está na ponta e que precisa ser respeitado. Ele precisa ser respeitado! Nós não estamos contra a fiscalização, qualquer visita técnica tem que ter, qualquer visita no hospital tem que ter, mas ela tem normas e, imediatamente, deve ser comunicado ao Secretário. Não somente para fazer para lacração. É ele o Secretário; é ela a Flávia, a Secretária-Adjunta e a sua equipe. Eu estou na Secretaria desde o dia que eles chegaram, aliás, eu fui até na posse. Nunca as portas foram fechadas. Estão sempre ali para dar resposta ao Conselho. Estão sempre ali para mostrar: “Não vou poder fazer assim, porque será o mesmo do mesmo”. E essa é a nossa esperança, que não seja o mesmo do mesmo, principalmente na Vigilância Epidemiológica em Saúde.

Para encerrar, a análise revelou que a contratualização pode ser interna ou externa e as cláusulas dos instrumentos que formalizam esses contratos juntamente com a fixação de metas e indicadores são influenciadas por todo macroprocesso que vivemos nestes oito anos. Então, começa uma nova vida, uma nova era nesta Cidade. É isso que vamos cobrar sempre da Casa Parlamentar na Comissão de Saúde, na pessoa do Secretário, que é o representante do Prefeito na Cidade.

Não vou ficar aqui colocando os problemas, mas é isso que temos para colocar. Muito obrigado, Secretário. Gente, já digo logo, pedir paciência para uma velha de 64 anos não é fácil, não, porque já vivemos tanta coisa e continuamos vivenciando com aquele último mês do ano passado. Foi muito difícil para nós, nunca vimos 46 pessoas aguardando há mais de um mês para fazer cirurgia e todo dia contava a mesma coisa para ela. Não vou entrar no mérito.

Muito obrigada, meus companheiros do Conselho Municipal de Saúde, aos que também não gostam de mim, também não vejo problema nisso. Imagine se todo mundo gostasse da minha cor vermelha ou do meu turbante branco? Obrigada a todos.

– Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Obrigado, dona Zélia, quero agradecer.

Várias pessoas colocaram aqui a questão da Câmara Municipal, da questão de abordar a questão da fiscalização. É dever do Vereador fiscalizar, sim, mas sempre estamos orientando aos Vereadores, principalmente os Vereadores novos, que tem que saber abordar e ter respeito com o funcionário público, com os médicos e que é muito importante e também respeito por parte do Conselho, de como fala com os funcionários, de quando fala com os profissionais da Saúde. Então, respeito cabe em todos os

lugares, no Conselho, na Câmara, no Executivo e na nossa casa. Em primeiro lugar, sempre o respeito. É o que temos pautado aqui em nosso Legislativo.

Vou passar a palavra para o Secretário para responder às perguntas e já fazer as considerações finais, porque às 13h temos de entregar o plenário para a Sessão da Câmara que terá início às 14h. Por favor, Secretário.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – As questões levantadas aqui também exigiriam uma conferência para poder responder a todas as questões. Mas vamos tentar de uma forma bem objetiva tentar dar algumas respostas para planejar todo debate que precisamos fazer adiante.

Como reafirmei inicialmente, este é um diagnóstico que apresentamos aqui muito preliminar, tem uma série de informações que estamos trabalhando melhor, estamos ouvindo as equipes técnicas. Então, é uma primeira impressão num primeiro levantamento que fizemos cotejando o que existe na prática *versus* o que está colocado na literatura, sobretudo das políticas nacionais de Saúde. Está certo? Então, de acordo com a vivência, inclusive que temos dentro do Sistema Único de Saúde.

Respondendo ao Tadeu sobre a questão da Saúde Participativa. Olha, a Saúde Participativa vai se dar a partir do momento que todos agirem com corresponsabilidade pela política de Saúde. Então, precisamos ter conselhos gestores bastante atuantes nas unidades respectivas, precisamos ter um Conselho Municipal de Saúde que faça o debate da política que está sendo executada e que apresente, dentro do aspecto da formulação, sugestões plausíveis para a melhoria do sistema. Nós não podemos transformar os Conselhos Gestores e o Conselho Municipal de Saúde no embate. Está certo?

Eu falei isso na reunião do Conselho e vou repetir aqui, se você quer disputar vereança, a eleição é daqui quatro anos; se você quer disputar para deputado, a eleição é no próximo ano, mas use o espaço da disputa eleitoral, não use o espaço do Conselho Municipal de Saúde nem dos conselhos gestores para fazer política. Está certo? Política todos nós fazemos, mas temos que agir com corresponsabilidade. Da mesma forma, a questão participativa se dá nesse debate cotidiano que a Câmara faz aqui a cada semana em duas sessões. Precisamos... Às vezes, é o seguinte, existem vertentes que acham que com a existência dos conselhos gestores e o Conselho Municipal de Saúde e com as conferências não tem espaço para o debate no Legislativo. Não, o Legislativo é a peça fundamental para repercutir o que a sociedade pensa e para poder balizar as políticas públicas do ponto de vista da formulação, do ponto de vista da legislação e do ponto de vista da fiscalização. Nós vamos ter muita clareza nisso.

Nós vivemos o regime democrático no País e as instituições têm de funcionar, mas funcionar de forma correta. Portanto, Tadeu, não tenha dúvida de que a postura da Secretaria da Saúde é no sentido e tenho certeza

de que do Prefeito Lucas Sanches também, pela forma que vem conduzindo o Governo e pelos compromissos que assumiu, é no sentido de ter cada vez mais participação e cada vez mais as pessoas aumentarem a autoestima por Guarulhos. Eu, inclusive, quero aproveitar essa sua pergunta para dizer o seguinte, me chama muito a atenção quando as pessoas ficam falando: “Um caos, um caos, um caos” e temos seis mil e 500 servidores atuando diretamente na política de Saúde. Nós temos mais cinco mil, via OS ou via contratação terceirizada, atuando na Saúde. Temos mais três ou quatro mil pessoas a partir dos hospitais conveniados e dos hospitais estaduais também atuando na Saúde. Então, a gente não pode deixar de qualificar o que está chamando de caos e valorizar o que está sendo feito.

Nós vimos os números, como disse, precisa melhorar uma série de indicadores e uma série de questões, mas não é que não está sendo feito nada. Às vezes, do jeito que as pessoas falam é como não estivesse sendo feito absolutamente nada! Imagine, vidas estão sendo salvas todos os dias em Guarulhos, seja no pronto-atendimento, seja nos hospitais. Se não valorizarmos isso nunca vamos fortalecer o SUS. Está certo? Estamos sempre falando mal do SUS, sempre falando mal do hospital, sempre falando mal da UBS, sempre falando mal do pronto-atendimento, vamos, simplesmente, desprezar, desqualificar o que está sendo feito. E precisamos, dentro da lógica de construir uma Saúde Participativa fazer o debate pela via correta, fazer o debate qualificando a crítica. Não adianta falar assim: “Falta médico”; Falta infectologista lá no Sá e Cruz? Está faltando infectologista. Agora, falta médico na Saúde? Se a gente pegar os indicadores, Guarulhos é uma das cidades que mais têm profissionais médicos, considerando a média nacional e considerando a média estadual. Então, talvez, o que temos que discutir é a forma como esses profissionais estão atuando, mas eles existem. Não é verdade que não tem médico na Cidade.

A outra discussão que precisamos fazer do ponto de vista da Saúde Participativa, utilizar as instâncias de forma correta. Temos estruturado e vamos investir bastante nos próximos meses na questão da Ouvidoria, por exemplo, para que a gente possa dar respostas concretas ao cidadão que tem uma queixa e não podemos, simplesmente, falar: “Não, esse aí não está sabendo o que está falando”. Não, toda queixa tem que ser observada, toda queixa tem que ser ouvida. Está certo?

Assim como a Ana Paula levantou aqui a questão do assédio. Assédio, Ana Paula, não é para a gente tergiversar, não, temos que atuar de forma muito clara, mas a denúncia tem que chegar. É a mesma coisa que estou falando do salário do médico. Como vou agir se o médico não procura para dizer que não recebeu? Os mecanismos de fiscalização existem. Tenho que partir do princípio que a CAF que tenho na Secretaria da Saúde, que é formada por profissionais experientes e do quadro efetivo da Prefeitura, cumpre bem a sua missão de fiscalizar. Só é liberado o pagamento quando se comprova que tem as certidões, que foram feitos os recolhimentos, que foram

feitos os pagamentos, tem notas fiscais atestando os serviços realizados. Então, parto desse princípio. Não posso chegar aqui e jogar uma nuvem sobre o trabalho técnico que é executado sob o ponto de vista de fiscalização interna da Secretaria. Está certo? Assim como não podemos desconhecer as outras instâncias de controle. Nós temos Tribunal de Contas do Estado, o Tribunal de Contas da União, a CGU, a AGU, todas atuando em todos os contratos e de forma *on-line* inclusive, em tempo real. Hoje, no Tribunal de Contas tudo que você faz precisa colocar no sistema imediatamente e se eles percebem alguma coisa equivocada já acionam o Departamento de Fiscalização e vem para cima da Secretaria. Então, temos que acreditar no sistema de controle externo existente, assim como a Câmara Municipal é um órgão privilegiado do ponto de vista da fiscalização, conta, inclusive, com os melhores técnicos de fiscalização, que são os técnicos do Tribunal de Contas. Não podemos esquecer que estatutariamente o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo é órgão auxiliar das câmaras municipais para fins de fiscalização. Esse é o debate que temos de colocar do ponto de vista dos mecanismos de controle que existem.

Com relação ao que o Graco... É Graco mesmo, não é? Graco Neves. Graco, eu agradeço as suas palavras e pode ter certeza que essa questão da política de saúde bucal como linha de cuidado é uma coisa nos preocupa bastante, até porque é estruturante do ponto de vista da estratégia de Saúde de Família. Quem esteve esta última semana, em Brasília, quando o Governo Federal quis apresentar para os novos prefeitos tudo que existe em nível de Ministério da Saúde, quando se entrava no saguão principal dos estandes dos ministérios o que mais chamava a atenção era a van do Brasil Sorridente. Por quê? Porque eles estão dando destaque para essa questão da saúde bucal e como um eixo estruturante da Estratégia da Saúde de Família. Então, vamos aderir muito a essa filosofia de que boa parte das doenças começa pela boca e vamos atuar de forma muito correta e de forma precisa em relação a isso.

Com relação... Aí não poderia deixar de abordar esse tema da questão da fiscalização. Não gosto de falar na ausência das pessoas, o Vereador Kleber não está, não é?

– Manifestações em Plenário.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Não, eu não recebi nenhum documento e o desafio a apresentar qual documento ele apresentou para mim. Porque, na verdade, os documentos que têm de ir para o Poder Executivo devem ser apreciados aqui na Câmara. Está certo? Requerimentos têm que ser apreciados aqui, indicações têm que ser apreciadas. Ofícios que vão do Vereador não temos obrigação nem prazo legal para responder, agora tudo que passa pelo plenário da Câmara temos a obrigação e prazo legal para responder. Eu não recebi nenhum ainda. Pode ser que tenha sido apresentado, mas ainda não chegou efetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Só um aparte, Secretário. O Vereador Kleber apresentou 130 requerimentos que poderiam ter sido reduzidos a 10 no máximo, mas é o modo dele legislar. É difícil conseguir votar 130 requerimentos de um Vereador, sendo que a Câmara tem 34 Vereadores. Fica totalmente impossível fazer isso em regime de urgência e a dificuldade que vai criar para a parte técnica da Prefeitura para responder a todos esses requerimentos.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Não, mas, então, concretamente, para mim, até hoje, estou falando, no gabinete do Secretário de Saúde não chegou nenhum documento que merecesse uma resposta ou que exigisse uma resposta até o presente momento. Pode ser que os documentos estejam em trânsito e, daqui a pouquinho, esteja queimando a minha língua e vou ter que responder rapidamente. Mas eu não quero estabelecer uma falsa polêmica, primeiro porque tenho muita clareza qual é o papel do parlamentar. O papel do parlamentar é propor legislação, formulação, legislar e fiscalizar. Está certo? Entretanto, a fiscalização não pode invadir competências e atribuições. A competência de verificar se o médico está cumprindo jornada ou não cabe ao Secretário de Saúde. A competência de verificar se o profissional médico está no horário de repouso fora das regras compete ao dirigente da unidade e ao Secretário de Saúde. A fiscalização é se a política de Saúde está sendo implantada, isso cabe ao Vereador verificar e checar. Agora, dar ordem para servidores é alçada do Poder Executivo, não é alçada do Poder Legislativo chegar e bater boca com funcionário em unidade de Saúde. Isso tenciona o serviço de Saúde. Mas não vou entrar nesse mérito.

Por que não vou entrar nesse mérito? Porque tenho certeza de que o Vereador irá perceber rapidamente que cometeu alguns abusos. Por exemplo, eu vi um vídeo em que, claramente, a funcionária fala assim: “Esse médico é da emergência”. O que significa ser da emergência? Para quem é profissional da Saúde sabe, é o profissional que está na sala vermelha ou o que está acompanhando algum paciente em transferência inter-hospitalar. Está certo? Então, não necessariamente, o médico é um médico de porta. Não adianta eu chegar e falar: “O médico iniciou às 7h e até às 11h não atendeu ninguém”. Ele pode estar fazendo a assistência dos pacientes que estão internados ou que estão na sala de emergência. Aí, é um conhecimento que precisa se ter a partir do momento que está no exercício da função pública. Então, vamos contar com o discernimento e que o Vereador perceba daqui a pouquinho que é importante, primeiro ter algumas informações. Eu estou aberto. Assim como tenho recebido todos os Vereadores que têm me pedido agenda, estou aberto a receber o Vereador Kleber e conversar sobre uma série de questões relacionadas à área da Saúde e tenho certeza de que muitas coisas serão esclarecidas. É um risco chegar e retirar um paciente de cadeira de rodas de um determinado departamento e levar para outro porque pode ter uma intercorrência e aí quem vai ser responsabilizado? O Secretário de Saúde.

Então, preciso deixar claro essas questões que envolvem o exercício dos agentes públicos que estão em pauta. O Vereador tem a competência de fiscalizar, mas não é adentrando os espaços da Saúde Pública que ele vai exercer a fiscalização, muito pelo contrário. Outro dia eu ouvi uma polêmica. O secretário determinou que não é para dar o acesso. Não é para dar o acesso mesmo. Por quê? Porque informações equivocadas podem acabar com a reputação de um profissional que estudou cinco, seis, sete anos, que exerce a profissão há dez anos e uma fala infeliz pode colocar em risco a reputação desse profissional. Então, a gente tem que entender a dinâmica. E outra coisa, o respeito ao exercício profissional tem que estar colocado acima de qualquer coisa.

O exercício da fiscalização é fundamental. O exercício da apuração de equívocos. É óbvio que nós temos equívocos no desenvolvimento da política de saúde. É óbvio que nós temos. É óbvio que nós temos profissionais que não são tão comprometidos como se espera. Mas não é com gritaria nos corredores, não é com afronta que nós vamos resolver o problema. No grito nós não vamos resolver nada. Só vamos resolver as coisas com diálogo, com competência técnica, com desprendimento, com compromisso.

Aí nós vamos resolver as coisas na área da saúde, porque a área da saúde é extremamente tensa. Imagine um profissional que, durante um plantão de 12 horas ou de 24 horas, teve que fazer duas reanimações. Será que passa pela cabeça de alguém que aquele profissional está extremamente tenso? E é para isso que existe conforto médico. Existem critérios para se estabelecer isso.

A questão do conforto médico é necessária por quê? Porque o médico está ali para atender uma emergência. Não necessariamente ele está ali para atender porta de consultório. E existem os médicos escalados para fazer a porta de consultório. Então nós precisamos separar, identificar e explicar isso. Tudo isso é de fácil entendimento. Ninguém disputa uma eleição, é eleito vereador e está no exercício da função se não for alguém que consiga entender minimamente a dinâmica do serviço de saúde.

Estou à disposição, gostaria muito de conversar. Já trocamos telefonemas, já falamos várias vezes, mas eu gostaria de ter a oportunidade, assim como a temos atendido todos os parlamentares, atendermos também o vereador e explicar essa situação. Nós não podemos conviver com esse receio. Por exemplo, foi falada aqui a questão do infectologista. Nós tínhamos duas profissionais que estavam prestando serviços no CTA e no Carlos Cruz. Quando fomos atrás das duas profissionais, uma aceitou voltar, a outra não. E um dos argumentos que elas usaram foi exatamente esse, da pressão, da tensão, dos problemas que o Guarulhos tem vivido. Então, não podemos correr o risco de perder profissionais por pressões externas.

Com relação ao que o José Alberto levantou. José, acho que todas essas questões relacionadas à mortalidade, seja geral, seja mortalidade infantil, são indicadores que nós vamos ter que perseguir e procurar reduzir ao mínimo possível, ao mínimo desejável, vamos colocar, se bem que não desejamos nenhum tipo de morte, usando apenas um termo técnico aqui. Do ponto de vista... Precisa-se entender um pouco como é que funciona a contabilidade pública. Quando a gente apresenta o número de empenhado, liquidado e pago, você tem, por exemplo, contratos.

Então, por exemplo, determinado lote de medicamentos foi entregue no mês de dezembro, certo? Então, se ele foi entregue e a nota fiscal apresentada, essa compra, teoricamente, foi empenhada previamente e liquidada. Mas no contrato pode ter um prazo seguinte, pagamento 30 dias após a entrega. Então, se entregou dia 20 de dezembro, vai vencer 20 de janeiro, por isso que fica o restos a pagar, certo? Então, não necessariamente o não pagar significa falta de dinheiro ou não pagar significa displicência do gestor público e, portanto, isso provoca desabastecimento.

Não necessariamente. Pode também significar isso. Mas, nesse caso dos números que nós apresentamos aqui, eu até frisei. Para mim, foi uma grata surpresa o número de restos a pagar. O resto a pagar nosso era muito diminuto e com os recursos provisionados em conta. Na sua grande maioria eram recursos vinculados.

Então, entender aí que na questão da judicialização e na questão dos medicamentos, não houve negligência em pagamento. O que há, provavelmente, são prazos contratuais para efetivação de pagamentos. Tanto é que eu sempre frisava, o valor liquidado e o valor empenhado está muito próximo um do outro. Está certo?

Com relação à atenção primária, eu entendo que é a ordenadora do cuidado, portanto, você tem que fazer um investimento. Só não podemos ter a falsa ilusão de que vamos resolver culturalmente o problema das pessoas procurarem a porta do hospital ou a porta do PA simplesmente com investimento no PS. Está certo? Há uma série de medidas, do ponto de vista cultural, que nós precisamos desencadear.

Porque é o tal negócio, por mais que a gente faça campanha, por mais que a gente coloque agente, por mais que a gente coloque médico no PS, profissionais de enfermagem no PS, na hora que a pessoa está com uma dor de cabeça, ela sabe que ela vai bater na porta do HMU, ela vai passar pelo médico, vai fazer uma tomografia e vai ser internada, se precisar, em 10 minutos. Ou em uma hora, ou em duas horas, seja lá o tempo que se dá para se ter o resultado. Ela vai preferir esperar a UBS ou ela vai direto no hospital? Ela vai direto no hospital, isso é óbvio.

Então, precisamos criar os mecanismos para que as pessoas valorizem os espaços que estão sendo construídos e instalados para que a assistência à saúde dela seja feita da melhor forma possível e de forma

adequada. Com relação ao Cerest, não temos dúvida da importância do Cerest quanto à saúde do trabalhador. A Maria Divina levanta algumas questões.

Com relação ao plano de carreiras, de cargos e salários, e com relação a novos concursos, temos que ver isso não apenas do ponto de vista da saúde, mas do ponto de vista da administração pública como um todo. Existe hoje a necessidade, tanto da educação como da saúde, por exemplo, em se valer de entidades do terceiro setor ou de OAS, exatamente porque, se você for fazer contratação direta de tudo, você extrapola índices colocados na Lei de Responsabilidade Fiscal, e aí os prefeitos não vão correr risco em fazer concursos, em fazer contratações, que coloquem em risco as suas contas e os seus mandatos, porque vai extrapolar o limite prudencial.

Isso, todo mundo que trabalha com a administração pública tem que ter clareza de como tratar essas questões. Com relação à fiscalização, concordo com o que foi falado, a necessidade de ter respeito nas ações de fiscalização. E aí quero aproveitar as questões levantadas pela Maria Divina para dizer o seguinte: Nós iremos fazer novos chamamentos daqui a pouquinho, nós estamos concluindo esse levantamento, estamos concluindo o diagnóstico, e, independente daquilo que a gente tem de avaliação em relação aos contratos de OAS, nós iremos fazer novos chamamentos e novos contratos. Por quê? Porque, se nós vamos redefinir a vocação dos serviços que hoje estão sob gestão, nós temos que alterar os contratos que estão vigentes.

Então, eu diria que, no máximo em 45 dias, nós teremos novos chamamentos para todos os serviços que hoje estão sendo geridos pelas OAS. Está certo? E aí, quem tiver competência, que se estabeleça em termos de prestação de serviço dentro dessa relação de contrato de gestão. E aí eu quero chamar a atenção para um detalhe também, contrato de gestão não é terceirização.

Eu fico assustado quando as pessoas falam assim: “Ah, esse é um problema da Santa Casa de São Bernardo, ah, esse é um problema da Cesário Lange, esse é um problema da Associação Saúde em Família”. O problema é da Secretaria de Saúde. A política de saúde é da Secretaria de Saúde.

Você delega operacionalmente os serviços, mas o planejamento, a responsabilidade pela condução, a fiscalização, a direção é da Secretaria de Saúde. Então, esse é um resgate que nós queremos fazer. Aliás, se vocês observarem, os serviços, inclusive, não existe nenhuma identificação ou caracterização de Prefeitura e Secretaria de Saúde, ou de SUS.

Você chega lá no Hospital Pimentas, você vê Santa Casa de São Bernardo, Santa Casa de São Bernardo, dá a impressão que é um hospital privado. Então, uma das coisas que nós precisamos resgatar também

é a comunicação visual, de que as pessoas entenderem que aquele equipamento é público, ele presta uma política pública, ele é do SUS, ele é do município de Guarulhos. Está certo? Senão, as pessoas começam a interpretar que aquilo lá é um serviço terceirizado, é um serviço particular e não é assim que funciona.

Tudo bem? O que o Felipe falou, já falei para ele que vou fazer a visita, estou visitando os equipamentos, Felipe, vou chegar lá. Primeiro, estou tentando arrumar um infectologista para você não me cobrar quando eu chegar lá, entendeu? A Ana Paula levantou algumas questões. Ana, eu só queria chamar a atenção para uma coisa, você é agente comunitário de saúde, não é? Então, só para... Olha, uma coisa que eu achei estranho aqui, na política dos agentes comunitários, aqui os agentes comunitários foram trazidos para o sistema estatutário.

Isso contraria a legislação e o caráter, inclusive, do que foi votado no Supremo Tribunal Federal. Então, por exemplo, hoje existem vantagens para os agentes de saúde de Guarulhos que não existem em lugar nenhum. O IFA, inclusive, que você levantou aqui, há muito tempo vem sendo pago. Qual é o problema? Ele não está destacado como IFA, está certo? Mas uma das primeiras cidades... Eu te falo isso, sabe por que eu te falo isso? Porque eu recebi o Rodrigo, do Sindax, inúmeras vezes em Santo André, com o holerite dos agentes comunitários de saúde de Guarulhos, falando, aqui, Marcos, você precisa fazer isso aqui em Santo André porque Guarulhos nós já conseguimos, nós já conquistamos, e uma das coisas era o IFA.

Então, eu, inclusive, recebi essa semana a direção do Sindax, vamos aprimorar, vamos conversar bastante sobre isso, não estou dizendo que está errado, que eu vou mexer, que eu vou tirar, eu só estou falando que, em Guarulhos, a política para os agentes comunitários de saúde é bem diferenciada, está certo? A começar porque o regime para todos os agentes comunitários de saúde no Brasil, cogitado em legislação e referendado pelo Supremo Tribunal Federal, é o regime celetista, e aqui nós temos o regime estatutário. Então, são questões que eu acho que é importante a gente deixar claro.

Com relação às demais questões, eu acho que eu já respondi, o assédio é uma questão que temos que trabalhar, a fiscalização também eu coloquei, e o investimento em atenção primária faz parte de todo o movimento que nós vamos fazer para poder valorizar o SUS e garantir, de fato, uma assistência adequada para todos os cidadãos. Acho que as questões são essas. Eu gostaria de agradecer.

Eu respondi tudo. A Zélia levantou aqui, só faltou as questões que a Zélia levantou. A Zélia leu ali trechos do Tribunal de Contas, do relatório Tribunal de Contas da União, a que já tivemos acesso e concordamos em muito com o que está colocado ali. Então, nós vamos

procurar atender às recomendações, atender às sugestões do Tribunal de Contas e corrigir as anomalias que, porventura, eles tenham apontado também. No mais, eu espero. Nós estamos com pouquíssimo tempo, estamos trocando o pneu do carro, as quatro rodas com o carro em movimento.

Por quê? Porque nesses 48 dias nós tivemos que dar conta, como eu disse, de impedir o colapso. O que seria impedir o colapso? Garantir primeiro o retorno dos pronto atendimentos nos hospitais. Segundo, iniciar um processo de realização dos exames especializados e das consultas especializadas. No dia dois, quando cheguei ao Pimentas, tinha 47 cidadãos aguardando cirurgia ortopédica há mais de 50 dias, por falta de um PME. Essas cirurgias todas, já realizamos e já realizamos muitas outras nesses quatro finais de semana, em que produzimos alguns mutirões.

Então, além de ter que fazer o diagnóstico, uma coisa importante, que acho que merece destaque aqui. O Governo Municipal está iniciando este ano, agora o Governo Estadual já está iniciando o terceiro e o Governo federal está iniciando o terceiro, com programas, acelerando para viabilizarmos, para assinarmos, para fazermos as devidas adesões aos programas. Tudo isso, tivemos que fazer nesses 48 dias.

Então, eu queria agradecer aqui, de forma enfática, ao conjunto dos profissionais de Saúde da Secretaria de Saúde, que têm nos possibilitado termos esse entendimento, esse conhecimento do sistema, agradecer à diretoria, que nomeamos e as pessoas que estão aqui no apoio, a Gabriela, que há muito tempo atua no serviço público de Guarulhos, e agradecer aos Vereadores e Vereadoras, pela forma respeitosa com que têm tratado conosco esses temas bastante árduos. Esperamos permanecer assim, porque de nossa parte, sempre haverá o respeito também para com o Poder Legislativo, para com as atribuições e as competências do Poder Legislativo.

Existem momentos em que vamos precisar dialogar muito. Estamos precisando muito do conjunto de todas as bancadas e de todos os partidos políticos, para negociar junto com a bancada federal dos respectivos partidos, emendas para o Município de Guarulhos. Guarulhos foi um dos municípios que menos recebeu emendas em 2023 e 2024, para a área da saúde. Hoje, todas as emendas, do volume de quase 100 bilhões de reais que o Congresso Nacional destina, 50 por cento, necessariamente é para a Saúde.

Então seria importante todos os partidos, todas as bancadas, interagirem com os respectivos deputados, com as respectivas bancadas federais, para que tragamos um pouco mais de volume de recursos aqui para Guarulhos. Agradecer à comunidade que participou aqui, ao Conselho de Saúde e dizer que da Secretaria de Saúde, estaremos sempre de portas abertas para que, de forma respeitosa e com políticas qualificadas e criteriosas, atender a todos.

Tenho certeza de que o compromisso do Prefeito Lucas Sanches e dessa administração que iniciou no dia 1º de janeiro, é de ofertar

os melhores serviços de saúde possíveis à população. Foi esse o compromisso que assumimos, como Secretário de Saúde e iremos sempre estar presentes, em todos os espaços a que nos chamarem. Por quê? Porque entendemos que a produção da política de saúde se dá sempre de forma dialogada. Então, sempre estaremos dialogando, de forma respeitosa, absorvendo as críticas duras, que sabemos que vamos receber, porque em Saúde, todo mundo tem uma interpretação de como deve ser implementada. Então, podem ver, como vai se construir um prédio? O engenheiro e o arquiteto decidem. Como vamos definir a questão da política de educação?

Os educadores resolvem de forma tranquila. Na saúde, todo mundo quer dar sua contribuição. Todo mundo, indistintamente. Às vezes você pega o melhor profissional, faz o melhor diagnóstico, faz o melhor exame, pega o remédio de última geração. Alguém fala assim: “Mas tem um chazinho que resolve”. Então, às vezes tem essa situação. Nada contra o chá. Porque em vários rincões do País, o chazinho às vezes é que resolve o problema mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Secretário, para concluir. Maravilhosa essa palestra, mas temos horário.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Para concluir, queria agradecer ao Vereador Gilvan, que iniciou os trabalhos, agradecer ao Vereador Geraldo, pela condução desta parte de debates, agradecer a todos vocês e dizer que fortalecer o SUS é fortalecer a vida. Vamos adiante.

– Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Bom, pessoal, agradecer aos Vereadores, à Janete Pietá, que também faz parte da Comissão, Secretária da Comissão, ao Vereador Gilvan, que saiu, Vereadora Carlinda, Vereadores que estiveram presentes, profissionais da saúde, o nosso Secretário. Parabéns pela condução dos trabalhos, pela palestra construtiva que o senhor nos deu. Estamos orgulhosos em nosso Legislativo. Com certeza, trarei à sessão de hoje o tema desta audiência, e agradecer. Obrigado e declaro encerrada a presente audiência.

– Encerra-se a Audiência Pública.

– PRESIDENTE –
Vereador Gilvan Passos

OBS: OS DISCURSOS AQUI TRANSCRITOS NÃO FORAM REVISTOS PELOS ORADORES.